

ACTAS DO CONGRESSO

A INDÚSTRIA TÊXTIL NO VALE DO AVE

HISTÓRIA DESAFIOS PERSPECTIVAS

16 E 17 DE MAIO DE 1996 - SANTO TIRSO



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

comemoração dos 150 anos
FÁBRICA
de FIAÇÃO e TECIDOS do
RIO VIZELA



MUSEU MUNICIPAL ABADE PEDROSA . SANTO TIRSO

ACTAS DO CONGRESSO

A INDÚSTRIA TÊXTIL NO VALE DO AVE

HISTÓRIA DESAFIOS PERSPECTIVAS

16 E 17 DE MAIO DE 1996 . SANTO TIRSO



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

comemoração dos 150 anos
FÁBRICA
de FIAÇÃO e TECIDOS do
RIO VIZELA

Coordenação: Museu Municipal Abade Pedrosa

Coordenação Gráfica: Miguel Félix

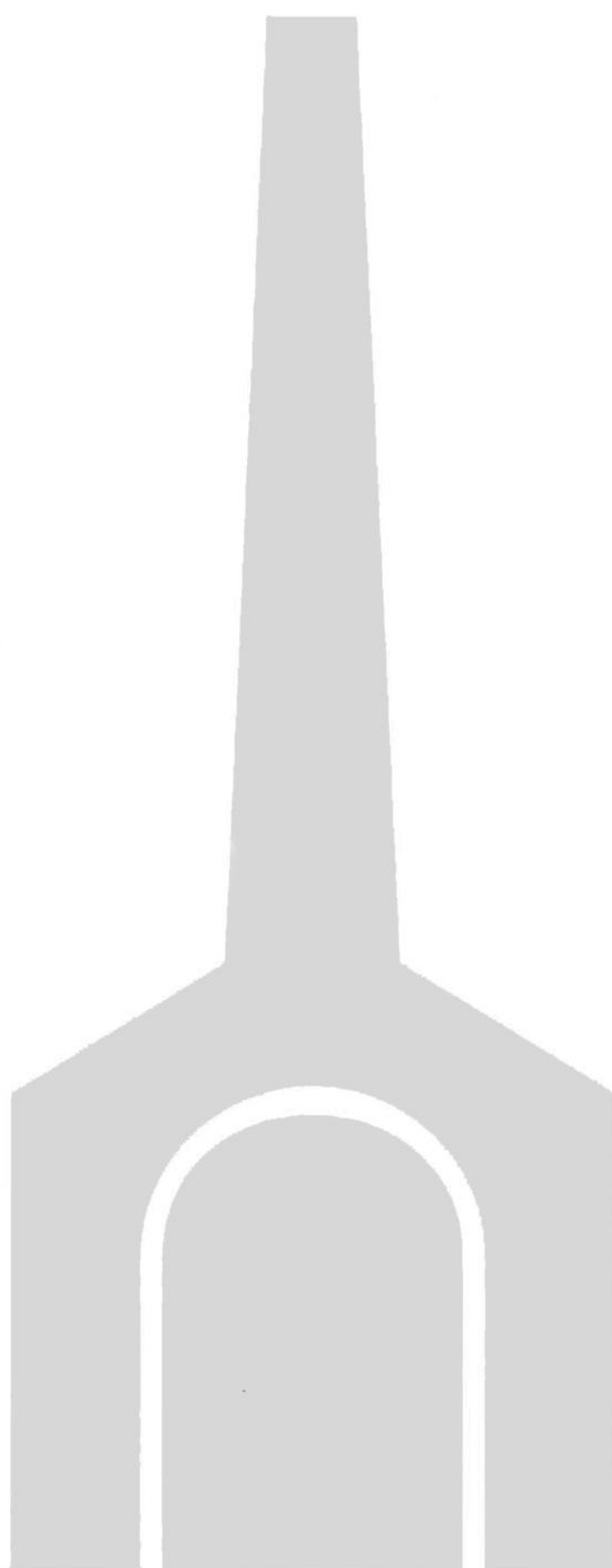
Edição: Câmara Municipal de Santo Tirso

Composição e Impressão: Rainho & Neves Lda. / Santa Maria da Feira

Tiragem: 1000 exemplares

Depósito Legal: 128836/98

Texto de Abertura – Comunicação do Presidente da Câmara Municipal	
Dr. Joaquim Couto.....	9-10
A indústria do Norte de Portugal até à década de 1920 – representações empresariais	
Jorge Fernandes Alves.....	11-33
A aposta no ambiente será ganha em 2001?	
João Peres Guimarães.....	35-38
Rotulagem ecológica e sistemas de gestão ambiental	
Luís Almeida.....	39-46
Política comercial da União Europeia	
João de Sousa Machado.....	47-55
A capacidade de resposta da indústria têxtil portuguesa aos desafios colocados pela globalização dos mercados mundiais	
Luísa Santos.....	57-63
Progresso social – vector prioritário do desenvolvimento sustentado da bacia do Ave	
Manuel Freitas.....	65-77
Os têxteis na Europa – panorama da fição	
Fabio Lancerotto.....	79-90



PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA
Exmo. Senhor Dr. Jorge Sampaio

PRIMEIRO MINISTRO DE PORTUGAL
Exmo. Senhor Eng.º António Guterres

MINISTRO DA CULTURA
Exmo. Senhor Prof. Doutor Manuel Maria Carrilho

MINISTRO DA ECONOMIA
Exmo. Senhor Dr. Augusto Mateus

MINISTRA DO AMBIENTE
Exma. Senhora Dr.ª. Elisa Ferreira

GOVERNADOR CIVIL DO PORTO
Exmo. Senhor Dr. Carlos Jorge Barral

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUENSE
Exmo. Senhor Eng. Ludgero Marques

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO
Exmo. Senhor Dr. Joaquim Barbosa Couto

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE TÊXTEIS E VESTUÁRIO
Exmo. Senhor Henry Tillo

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DO RIO VIZELA
Exma. Senhora D. Francisca Machado Guimarães

COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Joaquim Couto

Excelentíssimo Senhor representante da Associação Portuguesa de Têxteis e Vestuário, Excelentíssimo Senhor José Manuel Machado Guimarães, representante da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, minhas senhoras e meus senhores.

Gostaria de vos dar as boas vindas em nome da organização do congresso e do concelho de Santo Tirso, onde espero que se sintam bem recebidos. Nestas jornadas de reflexão para a resolução da actual conjuntura, contamos com a participação da Administração Central, da Administração Local, dos empresários, dos sindicatos e das universidades.

Deste diálogo não se esperam conclusões definitivas, até porque a procura de soluções não é uma aquisição momentânea, mas um processo, e um processo com passagem obrigatória na reflexão. Este encontro – uma iniciativa da Câmara Municipal de Santo Tirso, em colaboração com a Associação Portuguesa dos Têxteis e Vestuário e com a Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela – pretende ser um contributo importante para esse processo e uma chamada de atenção para a realidade existente.

Dada a complexidade da temática que aqui nos propomos debater, não foi fácil estruturar as pistas do debate. Antes de mais, afigurava-nos indispensável fazer uma reconstituição através do tempo daquilo que tem sido a indústria têxtil não só na região, mas no país e na Europa, porque para compreender é preciso conhecer. Conhecer, por exemplo, até que ponto vão as implicações históricas para uma população e uma região economicamente enraizada na indústria têxtil. Lembremos, a propósito, que foi precisamente aqui, em Santo Tirso, que há 150 anos nasceu a primeira fábrica do sector, a Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela de cujas comemorações este congresso faz parte. A importância que a indústria alcançou na região deve-se à sua histórica presença no concelho e ao poder que sempre teve no desenvolvimento local originalmente centrado na têxtil algodoeira. A memória educativa das gentes de Santo Tirso e do Vale do Ave é inseparável da indústria têxtil e da sua evolução.

A atestar isso está o facto de actualmente este sector apresentar uma maior concentração de trabalho e produtividade no círculo industrial de Santo Tirso e em toda a região do Vale do Ave – onde encontramos uma grande diversidade de sectores da indústria têxtil especializados na fiação, tinturaria, estamparia, tecelagem, acabamentos e confecção. Por outro lado, a presença na Europa comunitária levanta constantemente novos desafios e as estratégias da convergência europeia exigem uma rápida modernização das empresas e a criação de infra-estruturas. A aposta nas novas tecnologias é indispensável para ter lugar no mercado internacional, que é cada vez mais competitivo. Os empresários têm que fazer um esforço de modernização, e estar de acordo com a política governamental de aplicação de fundos que se encontra à distância, ao contrário do que aconteceu nos últimos dez anos em que o apoio à reestruturação e viabilização das empresas foi requerida e aplicada por quem muitas vezes não conhece a especificidade da região. Este processo tem que ser participado pelas autarquias associadas e coordenado por estruturas próximas da actividade empresarial. A Associação de Municípios do Vale do Ave já demonstrou que é capaz de gerir financeiramente os diversos projectos e, por outro lado, a descentralização dos apoios do Estado é um dado irreversível. Agora já não há desculpas para adiar as soluções concretas e substituí-las por medidas pontuais, até porque o preço pago até aqui pelas populações já é demasiado alto. Mas como acredito na vontade política da Administração Central em resolver da melhor maneira os problemas desta região conjuntamente connosco, estou confiante das perspectivas animadoras para o futuro do Vale do Ave.

Que daqui surjam algumas perspectivas e algumas sugestões que sejam úteis, não só para o tecido sócio-empresarial do Vale do Ave, mas que sirvam para que os nossos governantes alterem, avancem e perspectivem soluções no seio da acção governativa de um modo global e em particular para o Vale do Ave. Nós, eu digo nós, e incluo a Associação de Municípios do Vale do Ave, dissemo-lo em 1990-91, defendemos que seria interessante e porventura uma medida excepcional e francamente positiva que o Governo de então declarasse como sector estratégico da economia nacional o sector têxtil. Penso que não se alteraram significativamente os dados objectivos e os dados políticos desse ano de 1990/91. Penso que poderei repetir do mesmo modo hoje, aqui, essa mesma exigência, dado que a internacionalização, a abertura do comércio à Europa, ao Paquistão e à Índia, a tornaram mais urgente.

Espero que a vossa participação seja útil e que levem daqui obviamente uma boa recordação de Santo Tirso e do Vale do Ave.

Obrigado

A INDÚSTRIA TÊXTIL DO NORTE DE PORTUGAL ATÉ À DÉCADA DE 1920 – REPRESENTAÇÕES EMPRESARIAIS*

Jorge Fernandes Alves**

O conhecimento da espessura histórica de uma dada formação é fundamental na determinação do enraizamento das estruturas económicas actuais e suas configurações. Como produto sócio-histórico, um determinado clima económico potencia e/ou limita o alcance e as consequências das estruturas e reestruturações impostas pelo fluir alargado do mercado.

Por exemplo, para o caso do Vale do Ave, como já sublinharam alguns autores, as marcas específicas da dinâmica económica (a indústria difusa, a pluriactividade, o padrão fortemente disperso da localização da habitação, da indústria e dos serviços e comércio) são indissociáveis das formas de organização que a produção industrial oitocentista assumiu, especialmente no sector têxtil, que se estruturou sobre uma tradição fortemente enraizada de produção artesanal de fiação e tecelagem, desenvolvida na esfera doméstica agrícola¹.

O peso da tradição, o pano de fundo da história, far-se-á sempre sentir, numa linha de reprodução. E poderá ter um sentido positivo se for entendido e aproveitado como uma qualificação, onde pode entroncar a aquisição de novas potencialidades. Conforme já dizia, há mais de um século (1884), um ilustre minhoto, Alberto Sampaio de seu nome, nas palavras claras do seu tempo:

É muito mais fácil corrigir e melhorar uma aprendizagem imperfeita que formá-la de novo. Quando há já conhecidas umas certas práticas ou um certo número de processos, posto que rudimentares, há já meia educação ou pelo menos uma inteligência mais disposta a receber o ensino definitivo, do que se fosse mister afeiçoá-la desde princípio. Por

* Trabalho desenvolvido no âmbito do projecto «Estruturas sócio-económicas e industrialização no Norte de Portugal (sécs. XIX-XX)», patrocinado pela JNICT.

** Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ Cf. Álvaro Domingues e Teresa Marques, «Produção industrial, reprodução social e território», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 22, p. 125-142.

outro lado, também as tradições são um elemento de grande valia, principalmente nas pequenas terras. As populações sentem-se mais facilmente atraídas para um trabalho no meio do qual nasceram e se criaram, que foi também o de seus pais, que floresceu em tal ou tal época, a que estão ligadas estas ou aquelas lendas, que tem já a sua moral, que faz parte enfim da sua vida e do seu saber. Com uma pequena protecção, com um auxílio muito menor que o que seria necessário a outra introduzida de novo, a antiga indústria rebentará espontânea como a velha semente, que adormecida por se achar funda na terra germina imediatamente que a tragam mais à superfície e assim obtenha as condições necessárias ao seu desenvolvimento.²

Mas para compreendermos a emergência da indústria têxtil algodoeira do Norte de Portugal, sendo o algodão uma matéria-prima ultramarina, não podemos esquecer a situação particular que o seu centro económico, o Porto ocupava no âmbito do império colonial.

O Porto: do entreposto colonial ao pólo têxtil

Tendo o Norte de Portugal antigas e fortes imbricações na colonização brasileira, que remontam ao acto da descoberta em 1500 e se ampliaram com o permanente e intenso fluxo migratório³, o Porto tornou-se o centro económico da região, para o que contribuiu tanto a sua dinâmica económica como as medidas pombalinas que lhe atribuíram o privilégio do selo da alfândega (22.II.1774) e com isso paralisaram os outros portos provinciais do Norte.

O Porto virou assim uma autêntica plataforma de redistribuição do comércio colonial, em que as exportações e importações de produtos têxteis são componentes decisivas: saem grandes quantidades de produtos de linho, incluindo os famosos bordados, e chegam fardos de algodão em rama. Algodão que se reexporta quase todo para Inglaterra, ganhando os negociantes do Porto consciência do papel que este produto começava a assumir na dinâmica industrializadora, quer pelo volume das exportações para Inglaterra, quer pelos tecidos que chegavam de lá. Mas note-se que há notícias do uso, comercialização e tratamento do algodão em Portugal pelo menos desde o século XV, segundo Queirós Ribeiro⁴. Depois foram, sobretudo, desenvolvidos esforços no período pombalino para o estabelecimento de manufacturas privilegiadas de algodão⁵, bem como surgiu literatura promotora das vantagens da indústria de algodão (por exemplo, Diogo Ratton, com o opúsculo *Demonstração das grandes utilidades que devem resultar a todos os aqueles que empreenderem a fiação e a tecelagem de algodão em Portugal*, publicado em 1795, em Lisboa⁶).

² Alberto Sampaio, *Estudos Históricos e Económicos*, 2º vol., Lisboa, Vega, 1979, p. 269.

³ Cf. Jorge Fernandes Alves, *Os Brasileiros – Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, 1994.

⁴ Cf. Ernesto K de Queirós Ribeiro, *O Algodão – Novos processos de produção, comércio e indústria*, Porto, 1965.

⁵ Para além dos apoios a estrangeiros para estabelecimento de manufacturas de algodão, cf., por exemplo, o alvará de 5.I.1774 que concede privilégios a todos os fabricantes de tecidos de algodão ou com qualquer mistura.

⁶ Cit. por Nuno Daupias d'Alcochete, *Lettres de Diogo Ratton a António de Araújo de Azevedo, Comte da Barca*, Paris, Centro Cultural Português, 1973, p. 48.

Em todo o caso, se o fiar e tecer o linho e a lã eram actividades femininas generalizadas ao mundo camponês, cuja prática integrava os padrões de actividades familiares, o linho adquiria no Entre-Douro e Minho uma produção e qualidade elevadas, produzindo-se não só para consumo como para venda. Para lá das feiras que asseguravam o consumo local e onde mesmo muitos negociantes de exportação se vinham abastecer, o linho tinha escoamento assegurado junto dos negociantes que traficavam para o Brasil, provavelmente muitas vezes por encomenda destes. A ponto de a matéria-prima escassear e ter de se importar do Báltico, a troco essencialmente de vinho do Porto, num fluxo de comércio externo que teve grande importância há dois séculos atrás. No Porto e noutras zonas do Norte, tinha também a seda bastante implantação, sendo naturalmente uma actividade mais especializada e restrita, mas seguindo percursos comerciais idênticos, nomeadamente a entrega para tecelagem domiciliária em lugares rurais⁷.

Ora os homens de negócio que exportavam linho e seda eram, frequentemente, os mesmos que importavam algodão: o contágio estava feito, a difusão do algodão faz-se através dos negociantes pelas fiações e tecelagens individuais ou oficinais, desenvolvendo-se uma tecnologia de tecidos mistos, documentadamente experimentada e intensificada nos períodos de escassez das matérias-primas mais nobres ou, mais prosaicamente, para embaratecer ou aumentar e diversificar a produção. Em 1814, segundo informações judiciais⁸, a célebre fábrica do Jacinto, criada em 1807 na rua do Priorado em Cedofeita, já então integrando a fiação (4 mules), tecelagem e tinturaria e dando trabalho a 48 operários, tinha entre os seus 19 teares, dois dedicados à seda e os restantes ao algodão, do qual importava nesse ano 800 arrobas em rama, embora no inquérito industrial dessa altura fosse já dado exclusivamente como produtor de algodão. Mas neste mesmo inquérito, a produção de seda e algodão surge reconhecida em algumas dezenas de fábricas (por ex. na de Manuel S. Guimarães, de Josefa Álvares Pereira, de Custódio José Dias, de Januário Raimundo, e tantas outras⁹). O mesmo se referia para várias oficinas de S. Tirso (14 em Guidões, 9 em Sequeirô, 3 em Areias, 1 em Lama, quase todos com apenas um operário, cujo salário era de apenas 80 a 100 rs) que eram apresentadas como tecendo algodão, seda e lã.

Desenvolve-se, assim, a prática domiciliária e oficial de produção de algodão, com gradual tendência para a especialização, ajudando a criar a poeira industrial que caracterizou esta indústria. O mercado faz o essencial: o mau tecido expulsa o bom, se nos é permitida a paráfrase da conhecida lei de Gresham sobre a moeda! A produção de tecidos de linho passará a ser uma actividade essencialmente caseira, com escassas fábricas a explorarem essa área e só de forma parcial (embora com o tempo venha a surgir interesse nesta especialização, de que será exemplo, já no nosso século, a Efanor, da S^a da Hora). Mas recorrer-se-á de novo ao linho para tecidos mistos nas futuras crises de algodão, o que aconteceu na década de 1860, como nos confirma o Inquérito de 1865¹⁰. De resto, à medida que foge o mercado brasileiro, nosso principal

⁷ Cf. Jorge Miguel Viana Pedreira, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial. Portugal e Brasil*, Lisboa, Difel, 1994.

⁸ Agradeço ao Dr. Silvestre Lacerda a comunicação destas e de outras informações específicas para este trabalho.

⁹ Sobre os dados do inquérito de 1814, cf. Jorge Fernandes Alves e Silvestre Lacerda, *A Indústria do Porto em 1814* (em publicação).

¹⁰ Cf. *Inquérito Industrial de 1865. Actas das Sessões da Comissão de Inquérito*, Lisboa, 1865.

consumidor de tecidos de linho, resta apostar no mercado interno e produzir tecidos baratos e acessíveis ao grande público, só possíveis utilizando o algodão e concorrendo com a importação inglesa.

A indústria algodoeira do Norte parece radicar, em grande parte, na espontaneidade do mercado e nas iniciativas particulares, ainda que os pequenos fabricantes do Porto mais esclarecidos saibam pedir as suas isenções de direitos nas importações de matérias primas (Jacinto da Silva Pereira pede sucessivas isenções de direitos de importação de «materias primeiras», ao abrigo do alvará de 28.4.1809). Já as manufacturas mais sofisticadas do Sul, lideradas por técnicos estrangeiros, devem a sua origem essencialmente às directivas pombalinas e a projectos claros de importação de tecnologia estrangeira, que passavam pela atribuição de privilégios e exclusivos (aspecto que no Norte é sobretudo visível na cerâmica¹¹ e chapelaria): lembremos o apoio de Pombal a João B. Locatelli e depois a Fiação de Tomar, em 1771, por Verdier e Ratton.

No Porto, só a antiga manufactura setecentista de Bernardo Clamouse Brown & C^a, na zona de Vilar, constituiu excepção durante muito tempo, enquanto estabelecimento de dimensões e apetrechamento razoáveis dedicada já à fiação, tecelagem e estamparia, devendo ter servido de escola para operários e mestres portuenses que depois criaram as suas próprias oficinas ou fábricas: foi o caso do já referido industrial do Porto Jacinto da Silva Pereira que começou como aprendiz neste estabelecimento, vindo de S. Vicente de Pereira (Ovar), para depois dar início mais tarde a uma fábrica que se veio a revelar como uma das mais importantes e duradouras da têxtil nortenha¹². A manufactura dos Clamouse Brown, entretanto, paralisou pela livre-importação, após o tratado de 1810, de tecidos ingleses e pela concomitante decadência dos preços (e não por destruição dos exércitos franceses, como por vezes se diz, referência frequente mas que neste caso deve ser entendida como cronológica), para o que também terão contribuído as numerosas oficinas e pequenas fábricas que polvilhavam os bairros da cidade e alargaram a dinâmica de trabalho domiciliário às zonas rurais envolventes, ajudando a aviltar a concorrência. A dificuldade de escoamento era tanta que, segundo dados de 1814, a empresa respectiva decidiu a paralisação da «fiação, tecelagem e estampagem» e a reconversão parcial dos espaços em fábrica de curtumes para aproveitar as estruturas existentes. Note-se que por esta altura a outra grande fábrica têxtil do Porto era a de Plácido Lino dos Santos Teixeira, em Lordelo, então dedicada aos lanifícios, mas empregando também algodão, com a particularidade de ocupar 80 trabalhadores e já 35 mulheres, revelando deste modo a precocidade do elemento feminino nas fábricas do Porto, conquanto a informação a este respeito seja praticamente nula para a época, a não ser para a indústria de chapelaria que utilizava quase sempre algumas mulheres para trabalhos menos especializados.

Só depois das guerras liberais e da pacificação que, por si só, introduziu algum fomento, sem esquecermos as medidas proteccionistas da pauta de 1837, algumas das fábricas vão crescer de forma determinante, apostando na tecelagem à custa da

¹¹ Cf. Teresa Soeiro, Jorge Fernandes Alves, Silvestre Lacerda e Joaquim Oliveira, «A Cerâmica Portuense – Evolução empresarial e estruturas edificadas», in *Portugália*, FLUP, 1996.

¹² Cf. Maria Madalena Magalhães, «Aspectos da industrialização no Porto», in *VI Colóquio Ibérico de Geografia – Visitas de estudo*, Porto, FLUP, policopiado, 1992, p. 72.

expansão do operariado. A já citada fábrica do Jacinto, que em 1845 tinha ainda 120 operários, em 1848, quando se dedicava já só ao algodão, saltara para 405 operários, dos quais 150 eram mulheres, para além das inúmeras fiandeiras e tecedeiras espalhadas ao redor de duas léguas da cidade que trabalhavam para a fábrica. Outra fábrica, a de Manuel Joaquim Machado, em Miragaia, criada em 1811, que em 1845 tinha 118 operários, ocupava em 1848 um total de 437, dos quais 217 eram mulheres, tendo igualmente tradição de trabalho ao domicílio. No conjunto das fábricas de algodão, as mulheres e crianças quase triplicavam a mão-de-obra masculina adulta, confirmando o padrão típico neste domínio nos tempos da revolução industrial (Quadro I).

Quadro I – Fábricas têxteis no distrito do Porto em 1848

Localidades e tipo	Fábricas	Homens	Mulheres	Rapazes	Total oper.
Porto:					
Fáb. de seda	18	226	272	80	578
Fáb. de algodão	54	890	2034	375	3299
Fáb. de seda e algodão	8	115	148	38	301
Fáb. de algodão e linho	1	8	5	2	15
Fáb. de lã	3	22	22	3	47
Fáb. de estamparia	1	21	—	27	48
Bouças:					
Fáb. de algodão	4	57	37	36	130
Paços de Ferreira:					
Fáb. de linho e algodão	1	7	2	2	11
Santo Tirso:					
Teares de algodão e seda	9	19	—	—	19
Teares de lã e seda	3	3	—	—	3
Teares de Lã e algodão	19	15	3	—	18
S. Tomé de Negrelos					
Fáb. de Fiação de algodão	1	58	54	35	147

Fonte: *Revista Universal Lisbonense*, 23.5.1850.

Com efeito, em 1848, as fábricas têxteis do Porto no sector do algodão apresentavam números em que era notória a supremacia da mão-de-obra feminina, ainda que esta informação deva ser considerada como aproximação, sem rigor estatístico. A entrada em força do sexo feminino no trabalho fabril tem um segredo simples: o salário feminino (60 a 100 rs) era praticamente idêntico ao dos aprendizes, ou seja, representava, nas fábricas que melhor pagavam, menos de 1/3 dos salários mínimos dos homens (200 a 400 rs), ganho a não desperdiçar agora que a legislação liberal apagara as regras

tradicionais de prestação de trabalho. E não corresponderá a uma integração fabril de muitas das inúmeras fiandeiras e tecedeiras que antes trabalhavam ao domicílio, de forma a tirar do seu serviço uma maior rentabilidade? Mas há ainda uma outra explicação complementar para que a intensificação do trabalho feminino ocorresse entre 1845 e 1848: trata-se da guerra civil da Patuleia, sendo sabido que havia batalhões exclusivamente formados por «artistas», alguns deles comandados pelos seus próprios patrões, radicando aqui algumas falências da altura. Numa altura de grande mobilização militar, é natural que muitos fabricantes tenham visto na intensificação do trabalho feminino não só a salvação para manter as fábricas em laboração, como a oportunidade para introduzirem esta mão-de-obra mais barata sem grandes protestos dos operários masculinos, ocupados estes nas manobras militares.

A expansão da tecelagem e o «boom» das fiações

Por outro lado, verifica-se um claro crescimento do sector algodoeiro no espectro têxtil portuense¹³. Esta expansão levanta novos problemas. Se antes a fábrica do Jacinto importava «algodão em pluma» do Brasil para fiar (800 arrobas em 1814, 1200 em 1822, 400 em 1829), agora a sua fiação própria e a adquirida pela via domiciliária não bastam: adquire, por 1849, no mercado interno 1900 maços de fio e manda vir do estrangeiro 3500 maços de fio e mais 1200 arrobas de algodão em rama. Manuel Joaquim Machado compra no mercado interno 1770 maços de fio e no estrangeiro 980 arrobas em pluma e 2900 maços. E os outros produtores mais pequenos ainda estavam mais dependentes: António José Cabral, com a sua pequena fábrica de 22 operários da rua do Priorado, importava 140 arrobas de ramas e 424 maços de fio, enquanto no mercado interno só adquiria 200 maços. Quer isto dizer que a produção de tecidos estava muito dependente da importação do fio inglês, pois eram raras as fábricas com fiação própria e a fiação domiciliária não acompanhava a expansão da tecelagem, além da incapacidade nacional para a produção de determinados tipos de fio.

Não admira, assim, que surgissem projectos para a instalação de fiações. Em 1845, uma altura de claro entusiasmo no investimento industrial, estavam em marcha dois projectos: o da parceria da Fiação do Rio Vizela, liderado pelo francês Eugene Cauchoix, associado a negociantes e a industriais de tecelagem como Manuel Joaquim Machado (o maior industrial do Porto, com 437 operários na rua do Paço) e António José Cabral; um outro, liderado por Eduardo Moser, a instalar em Crestuma, como sociedade por acções. Só o primeiro teve sucesso de imediato, embora com grandes dificuldades iniciais, que implicou o investimento de lucros sucessivos para responder às exigências de investimento; o segundo esteve na origem da mais tardia Fiação de Crestuma, que só arrancou nos meados da década de 50, laborando na antiga fábrica de ferraria da Companhia dos Vinhos¹⁴. Como dizia a imprensa da altura, estas duas fábricas repre-

¹³ Cf. Maria Madalena Magalhães, *A indústria do Porto na primeira metade do século XIX*, Porto, Separata da Revista da FLUP-Geografia, 1988. David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal 1810-1913*, I Vol. Lisboa, Vega, 1988, pp. 94-101. Miriam Halpern Pereira, *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Estampa, 1993, p. 144-161.

¹⁴ Jorge Fernandes Alves e Silvestre Lacerda, — «Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela — As origens», in *O TRIPEIRO*, 7ª série, ano XV, 1996, nº 1/2, pp. 41-46, e nº 3, pp. 84-88.

sentavam uma aliança nova onde antes houvera antagonismo, pois agora, «a classe mercantil dá a mão aos industriais e se confunde com eles no interesse de levar a maior altura a nossa produção fabril», para isso mobilizando e associando capitais¹⁵.

Entretanto, outros agem por conta própria, como Jacinto da Silva Pereira que, na concepção verticalizadora do seu empreendimento, decide ampliar a sua própria fiação (Asneiros), equipando-a com uma máquina a vapor (1850). Mais infeliz foi a tentativa de José Barbosa para estabelecer uma fiação na rua Fernandes Tomás, que não logrou erguer-se quer por falta de conhecimentos técnicos, quer pela morte precoce do fundador¹⁶. É certo que a abundância de fio inglês no mercado não estimulava inicialmente as fiações, que foram surgindo lentamente, arrastando consigo uma deslocação geográfica na medida em que se vão situar junto de diversos cursos de água, aspecto fundamental para a utilização de energia hidráulica (só mais tarde utilizaram a energia a vapor, embora algumas estivessem preparadas para isso mas só para períodos de estiagem, pois exigia custos elevados em carvão). Assim, se a mais antiga fiação estruturalmente organizada para esse fim estava sediada em Negrelos, nas margens do Vizela, vai surgir em 1856 nova fiação, em Crestuma, em Gaia, junto ao rio Ima; em 1860, surge a da Balsa, em Sobrado, Valongo, nas margens do rio Ferreira; em 1879, iniciou-se a da Retorta, em Vila do Conde, sobre o Ave, embora só comece verdadeiramente a funcionar como fiação nos meados de 80. Na cidade do Porto surgiram, entretanto, mais três, equipadas a vapor: a de Montebelo, da Companhia Fiação Portuguesa, criada em 1863; outra em Montebello, da C^a Fiação e Tecidos do Porto, em 1875, e a de Salgueiros, em 1873, também fiação e depois tecelagem.

A cronologia de implantação das fiações revela a importância da crise dos anos 60, provocada pela Guerra da Secessão nos Estados Unidos, surgindo então a «fome de fio». O abastecimento escasseia e, por acréscimo, o algodão em rama que existia nas fábricas portuguesas para fiação domiciliária ou própria é vendido a bom preço para Inglaterra. É uma fase difícil, a que se vive no Porto, por essa altura, com as fábricas a pararem ou a reduzirem a sua laboração e o habitual nestas ocasiões, os operários a mendigarem pelas ruas. Nesse contexto, muitos industriais têxteis do Norte se recusaram a expor na Exposição Internacional do Palácio, como já se haviam recusado a levar artefactos seus à Exposição de Londres em 1862, para evitar o confronto com os tecidos estrangeiros. A Fiação de Vizela limitou-se a expor fio, praticamente o mesmo que faziam mais alguns poucos industriais do Porto e Lisboa, evidenciando-se a incapacidade ainda latente para produzir pano cru e tecidos para estampar. O descontentamento dos industriais foi tão grande quanto ainda por cima muitos representantes de casas estrangeiras fizeram questão de apresentar nos produtos concorrentes com os portugueses tabuletas com os preços de origem das fazendas e as taxas protectoras, a irritarem os consumidores pela evidência dos custos da protecção, produzindo antipatia para com os produtores nacionais, na medida em que explicitavam claramente quem pagava a «protecção» no fim do circuito comercial.

Mas nos finais dos anos 60, o reconhecimento da existência de mercado para o fio, os lucros então auferidos pelas fiações existentes e a normalização do abastecimento das

¹⁵ Cf. «Fabrica de fiação», in *O Comércio do Porto*, 20-6.1856.

¹⁶ Cf. «Fabrica de fiação», in *O Comércio do Porto*, 21-6.1856.

ramas na década seguinte, em conjugação com um ambiente mais propício à iniciativa empresarial, a partir da nova lei das sociedades anónimas (1867) que facilitou a concretização de operações colectivas de capital e a diminuição dos riscos individuais, propiciam um «boom» na criação (e reorganização) de fiações, ajudadas por protecção pautal específica. Mas rapidamente se encontraram dificuldades de escoamento de fio, por sobreprodução, com o respectivo embaratecimento. Sublinhe-se que só por si a Fiação do Rio Vizela produzia cerca de um terço da produção nacional de fio, nessa medida constituindo um verdadeiro regulador dos preços. Como reconhece o inquérito de 1881, prosperavam apenas as fábricas que praticavam a verticalização, isto é, as que fiavam e da fiação própria partiam para a tecelagem, embora isso se verificasse mais nos que produziam riscados, cotins, baetas e fazendas aveludadas, pois no sector do pano cru liso a concorrência estrangeira não deixava grande margem de manobra. Em todo o caso, começaram a surgir as «fábricas completas», tal como designará a estatística posterior as unidades que integravam as diversas etapas – a fiação, a tecelagem e depois a estamparia.

Se algumas das fiações praticavam a tecelagem, havia além disso as tecelagens especializadas. Mas neste campo, o que continua a surpreender nos finais do século XIX é a persistência das formas domiciliárias de produção, com que os inquiridores de 1881 se escandalizam. Só a fábrica de Asneiros, de Pereira de Magalhães (antiga fábrica do Jacinto), tinha 229 teares manuais seus colocados fora, em casas e oficinas, a trabalharem por sua conta, fornecendo o fio e pagando a feitiço, além de mais cerca de 800 teares, cujos donos lhe vinham comprar o fio e depois vender o tecido, recebendo parte em fio e parte em dinheiro. «Dos grandes fabricantes do Porto, alguns nem têm fábrica, isto é, teares em estabelecimento seu», outros tinham pequenas oficinas com pequena produção, outros apenas tinturarias¹⁷.

O bater característico dos teares tornara-se típico de certas zonas do Porto, particularmente no Bonfim, onde havia «ruas e ruas em que cada casa era uma oficina», havendo quem calculasse estes teares em 10.000 só na cidade. E apesar do excesso de fio de extracção mecânica, continua o processo da fiação domiciliária para determinados tipos de fio grosso. Vale a pena citar aqui as palavras já muito referenciadas do inquérito de 1881: «Toda a família do tecelão vive do tear. O pai e os filhos maiores tecem, as crianças enchem canelas, as mulheres fiam e dobam». E alguns alargavam as suas oficinas, entregando também produção à tarefa a vizinhos seus, num processo de ampliação em cascata. Não admira que, a nível de estabelecimentos ligados ao algodão, só na cidade do Porto, o inquérito de 1890 contabilizasse 1381, entre grande e pequena indústria.

Em 1888, um inquérito oficial sobre a indústria da tecelagem, através de uma comissão constituída por patrões e operários, dava uma explicação histórica, baseada na fuga ao aprendizado gratuito e à desqualificação profissional derivada da introdução da divisão do trabalho, para a pulverização industrial da indústria algodoeira:

«Os primitivos fabricantes tecelões do Porto organizaram as suas oficinas sob sua imediata direcção e fiscalização, estabelecendo ahi o aprendizado, e pagando em harmonia

¹⁷ Cf. Comissão Central Directora do Inquérito Industrial, *Inquérito Industrial de 1881. Inquérito Directo. Segunda parte. Visita às Fábricas. Livro Segundo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p.117-165.

com as aptidões do operário. Iniciaram mais tarde as tarefas, e d'aqui nasceu no operário o natural desejo de se tornar independente. Para fugir, pois, ao rigor dos regulamentos e à concorrência dos serviços gratuitos, ou quasi, do aprendizado, principiou a retirada do operário, com o respectivo tear, das oficinas do industrial para casa propria. Uma vez dada a voz de alarme, a deserção foi rápida, e, em pouco tempo, os salões do industrial ficaram desertos, espalhando-se a orchestra dos teares sobretudo pelos bairros suburbanos onde as habitações eram mais baratas. O tecelão continuou todavia a trabalhar por conta do fabricante, com o qual se avista só, quando lhe entrega a fazenda pronta para o consumo, recebendo então em troca o preço convencionado da mão de obra. Uma vez independente, principiou, por seu turno, a explorar o aprendizado. Educou a mulher, a irmã, e os filhos no tear, e, dentro em pouco, formou-se por esta forma um exercito considerável de tecelões, disputando, entre si, pela baixa sucessiva dos preços, o trabalho, que, assim subdividido, mal produz hoje o absolutamente indispensavel para alimentação dos que n'elle procuram os meios de existência.»¹⁸.

Mas não se esquecem de referir a crise da agricultura para o alargamento desta epidemia, com a baixa dos cereais e a quebra na exportação de gado, a criar a necessidade de novos rendimentos para o agricultor, que muitos vão buscar complementarmente ao tear, como mais tarde à fábrica, estabelecendo o padrão de complementaridade entre a indústria e a agricultura que se tornou numa configuração típica da têxtil nortenha.

Com o correr do tempo, o modelo portuense vai-se alargando na coroa da Cidade, penetrando no Vale do Ave, embora já se registassem teares domiciliários ou oficinais em muitos concelhos (em Santo Tirso era particularmente activa a produção de baetas carriças, produzidas nos numerosos teares de Alvarelhos e Guidões em pleno século XVIII já para o mercado). A instalação local de fiações com sucesso, como a da Fiação do Rio Vizela, a mão-de-obra mais barata e mais cordata, o papel dos cursos de água como fontes de energia e como elementos indispensáveis na instalação de tinturarias numa altura em que a indústria urbana passou a estar sujeita a condições mais rígidas e maior fiscalização, bem como a instalação de infra-estruturas básicas como o caminho de ferro e as estradas, tudo isso contribuiu para atrair iniciativas empresariais têxteis para a região. Em 1877, surgiu a Fiação do Bogio, em Fafe que passou a fornecer fábricas e oficinas de Braga e Guimarães, onde existiam desde os meados do século duas fábricas que, para além da produção própria, também praticam a produção a domicílio, para além de vender para o restante mercado nacional. E depois é um corropio de industriais e homens de negócio que se vem instalar no Vale do Ave. Uma vez indirectamente, fornecendo capitais a pequenos tecelões e fabricantes de tipo domiciliário que revelam capacidade e com quem se associam, procurando manter as sedes das empresas no Porto e as fábricas no Ave. Basta lembrar que surgiu assim Narciso Ferreira, o industrial de Riba d'Ave que começou por ser tecelão em casa, após a aprendizagem, para depois estabelecer uma pequena oficina, vendendo pelas feiras e no Porto, e seguidamente evoluir para uma sociedade com capitalistas do Porto para uma estrutural fabril moderna (a Sampaio & Ferreira, em 1896) a que deu uma ampla dimensão, acabando por se tornar gradualmente no maior industrial do Norte, com várias fábricas têxteis, além de um papel inovador no sentido de desenvolver

¹⁸ MOPCI, *Inquérito sobre o estado da indústria da tecelagem na cidade do Porto e situação dos respectivos operários ordenado por decreto de 13 de Dezembro de 1888*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, p. 8.

acções para a produção e comercialização da electricidade¹⁹. Mais tarde, alguns industriais vendem ou liquidam as suas fábricas no Porto e vêm pessoalmente para a região.

A viragem dos anos 90 – crescimento e crise

Nos inícios da década de 90, os grandes fabricantes da fiação e tecelagem apresentavam a situação da respectiva indústria como crítica, dada a aceleração do investimento no sector, que multiplicara por 6 o número de fusos e por 10 o número de teares, sendo de contar ainda com a modernização dos fusos que aumentariam em cerca de 150% a produção relativamente aos antigos. A crise era naturalmente de abundância, como todas as crises capitalistas. A evolução dos números relativamente à capacidade produtiva instalada é sintomática do crescimento verificado (Quadro II).

Quadro II – Alguns dados sobre a evolução da instalação de fiações

Ano	Nº de Fábricas	Fusos	Teares
1870	8	50000	400
1881	17	112000	1260
1890	30	300000	4000
1913		480000	
1925		503000	
1934		452000	

Fonte: L. Firmino de Oliveira, ob. cit.; Queirós Ribeiro, ob.cit.

Para demonstrarem as novas capacidades industriais, os industriais reunidos na Associação Industrial Portuense, liderados por empresários têxteis, aproveitaram a visita real ao Porto na ressaca da revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891 e recuperaram a estratégia das exposições, realizando uma no final deste ano, aberta exclusivamente a produtores nacionais²⁰. Simultaneamente ganharam fôlego para apresentarem um projecto de pauta, em consonância com os industriais lisboetas, na vaga então favorável às políticas proteccionistas, embora, depois de longas discussões, os industriais algodoeiros de fiação, tecelagem e de estamparia, acabem por evidenciar dificuldade de acordo neste domínio: «Os produtos de uns fabricantes são reputados matéria-prima para os outros»²¹. Se o problema do fio estava nesta altura quase resolvido, os estampadores tiveram de fazer cedências e aceitar pagar taxas protectoras sobre os tecidos finos que utilizavam e que a indústria portuguesa ainda não fabricava. Estampadores que eram quase todos do Sul e por vezes estrangeiros (por exemplo, os

¹⁹ Cf. Jorge Fernandes Alves, «Fundação Narciso Ferreira – Indústria e Obra Social na Têxtil Nortenha», in *O TRIPEIRO*, 7ª série, ano XV, nº 8, pp. 242-248.

²⁰ Cf. Jorge Fernandes Alves, «Desagrar o Rei – A oportunidade política da exposição industrial de 1891», in *O Tripeiro*, 7ª série, ano XIII, nº 12, Dezembro de 1994, pp. 370-373.

²¹ MOPCI, *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, pp. 755-756.

Graham, na Fábrica de Estamparia e Tinturaria do Braço da Prata, que também tinham interesses na fiação e tecelagem no Porto), constituindo um grupo de pressão importante, tendo por exemplo em 1886 provocado grande polémica ao pedirem 50% de redução sobre os tecidos de algodão entrançados, sarjados, adamascados ou assetinados, sendo por isso acusados de olharem apenas para o seu segmento de produção²². Mas a pauta apresentada era na condição de não serem elevadas as taxas de outras importações como carvão, drogas, máquinas e acessórios, mostrando que o proteccionismo implica sempre tomar opções sectoriais e de grupo.

Assim, na vaga internacional do proteccionismo dos anos 90, também aqui houve o reacender dessa chama como esperança para a criação do mercado nacional em quase exclusivo, como forma de o tornar satisfatório para a capacidade produtiva instalada e para desenvolver o chamado «trabalho nacional». Revitalizaram-se mesmo as instâncias associativas, refundando-se no Norte a então moribunda, desde os anos 60, Associação Industrial Portuense, por iniciativa destes industriais de fiação e tecidos que praticamente a lideram durante os primeiros vinte anos e continuam a dominá-la depois. O objectivo era obterem representatividade e audição nas comissões parlamentares de revisão pautal e concertarem com a Associação Industrial Portuguesa, de Lisboa, os interesses industriais, actuando como grupos de pressão. A reforma pautal de 1892, assinada por Oliveira Martins, e na qual teve um papel importante o deputado Luís Firmino de Oliveira, industrial da importante Companhia do Rio Ave, nos respectivos trabalhos preparatórios, foi considerada uma vitória da classe. E manifestam-se claramente contra tratados comerciais, pois a pauta de 1892 foi essencialmente o resultado da luta contra a renovação do tratado com a França. Por este motivo, travam uma luta cerrada contra os grupos representativos dos interesses comerciais, naturalmente os que estavam ligados a produtos de extracção agrícola, como era o caso dos vinhos. Só admitiam uma excepção: o acordo com o Brasil, a única nação que não estava interessada em fazê-lo, e, às vezes, com a Espanha.

A luta pautal era uma constante com os diversos grupos de interesses económicos a fazerem sentir as suas pressões. A Associação Industrial Portuense acusava frequentemente a inquietação e incerteza que continuamente pairavam sobre a situação pautal:

*Não é estável o regimen porque não está adoptado definitivamente. Paira sempre sobre nós a nuvem da commissão revisora e nós não podemos estar seguros de que uma vealidade de momento não venha com a mesma chave abrir as fronteiras e fechar as oficinas. É, pois, necessário muito cuidado e muita vigilância para não deixar perder pelo desleixo ou pela incúria o que tanto custou a conquistar pelo trabalho e pela justiça.*²³

Muitos consideravam a pauta metropolitana exagerada, mas o seu efeito não teria consequências de maior face à fase de baixa dos preços internacionais se não se tivesse conjugado com a crise financeira, a qual depreciou consideravelmente a nossa moeda. Foi a fase do chamado «ágio do ouro», que se conservou bastante tempo a rondar os 50%, e que, por si só, tornou proibitivos muitos produtos estrangeiros. Para ajudar ao surto industrial da década de 90, tiveram também importância as pautas

²² António da Silva Pereira de Magalhães, «Os estampadores de Lisboa e o seu requerimento», *Comércio e Indústria*, vol. 3, n.º 91

²³ *Relatório e Contas da Associação Industrial Portuense*, 1893/94, p. 7.

ultramarinas, com diferenciais entre 50 a 90% de protecção a favor produtos metropolitanos, o que abriu as portas do mercado colonial à indústria algodoeira (com a exportação para lá a passar, em saltos bruscos, dos 100 contos de tecidos de algodão em 1891 para 2377 contos, em 1899), situação que só se manteve até 1900, declinando depois a ponto de em 1902 a exportação para lá ser de apenas 690 contos!

Mas durante a última década do século passado, como disse Firmino de Oliveira, perante o constante aumento de produção durante a década, arreigara-se a convicção de que o mercado ultramarino estava ganho e a tecelagem multiplicou-se principalmente no Porto, Braga e Guimarães, pois «a África pedia tanto, que toda a gente era tecelão». A nova exposição de 1897, agora sujeita já a prémios e sugerida por Jacinto de Magalhães no decorrer de uma assembleia da AIP em que se discutiam novas ameaças pautais, veio dar a medida do entusiasmo. Segundo a convicção dos industriais e os relatos da época ficava demonstrado um progresso notável nas grandes firmas de algodão, que aos poucos se actualizavam em termos mecânicos e começavam já a utilizar a electricidade. A Fiação de Vizela, por exemplo, já apresentava os tão decantados panos crus necessários à estamparia, além do fio de algodão, tudo produto dos seus 1320 operários (dos quais exactamente 50% eram mulheres).

É por esta altura que muitas fábricas de tecelagem de algodão emergem no vale do Ave, à sombra da esperança da protecção pautal. Recorde-se, por exemplo, a já referida Sampaio, Ferreira & C^a a iniciar o pólo algodoeiro de Riba d'Ave em 1896, precisamente há cem anos. Compreende-se este surto, pois algumas das fábricas já estabelecidas retiravam lucros fabulosos face aos outros sectores económicos, lucros que eram publicitados nos jornais por serem sociedades anónimas, portanto com obrigações de relatório público para os accionistas e acções cotadas no mercado. Vejam-se alguns exemplos ao nível do lucro declarado destas sociedades em 1899:

C^a de Fiação e Tecidos de Guimarães – 46%

C^a de Fiação Portuense – 28%

C^a de Fiação de Crestuma – 27%

C^a de Fiação e Tecidos de Alcobaça – 20%

C^a de Fiação e Tecidos de Fafe – 19,5%

C^a Fabril do Cávado – 16,5%.

Em 1901, as cotações já desciam de forma assinalável. A interrupção das exportações para África (que representava cerca de 1/5 da produção) e a inércia do ritmo de produção provocaram enormes aumentos de stocks, com todos os efeitos de crise (para-lisações, problemas de crédito, baixa de preços), numa crise que se estendeu até 1903. Crise diferente da anterior, pois em «1891 foi a falta de consumo para os produtos que, em geral, a indústria estava habituada a produzir, e na actualidade, é a falta d'um mercado que, nos obrigou, a produzir artigos que só ali encontram consumo»²⁴. O desemprego e a redução dos dias de trabalho era a solução de sempre e perante a miséria os tecelões fabris viravam-se para os seus teares domésticos e teciam, teciam:

²⁴ Luís Firmino de Oliveira, *Indústria algodoeira, 1887-1903*, Porto, 1904, p. 23.

«no casebre humilde não cessa jamais o tic-tac do tear; o pai, a mulher, os filhos alternadamente, dia e noite, à machina fatigante», para depois, no fim de semana, o produto do tear ser vendido «pelo que der, seja pelo que for», sendo naturalmente os mais atingidos pela crise, diz o insuspeito *Jornal das Finanças*²⁵.

Perante a quebra do mercado africano, as 18 maiores empresas de fiação e tecidos do Norte enviam mesmo um técnico a África fazer um estudo detalhado do mercado de tecidos em Angola. Fernando Pimentel foi o técnico escolhido, por lá se encontrando com dois representantes da Fiação de Vizela que faziam trabalho idêntico, apesar de esta fábrica subsidiar a missão colectiva. A imagem no retorno é medonha para os adeptos do comércio colonial: apesar de rodeado de contrabando de tecidos belgas, o tecido português não estaria desfavorecido, mas a anarquia administrativa não assegurava contra os aventureiros sem escrúpulos, não havia condições de transporte, nem segurança individual, e o poder de compra na altura pautava-se apenas pela cotação de um único género colonial – a borracha, então em baixa, matéria que os comerciantes só conseguiam contra a entrega de tecido, pois este funcionava na economia indígena como autêntica moeda²⁶.

A produção de algodão em rama nas colónias, apesar de muito defendida desde a década de 60, também não ajudava: só escassas centenas de toneladas abastecem a metrópole, antes dos meados da década de 1930. A natureza contingente do mercado africano levou, pois, os empresários a reflectir na necessidade de alargar e consolidar o mercado interno, tentando diversificar a produção, exercitando os tecidos finos ainda importados mas que, pelos vistos, não conseguiam concorrer com os estrangeiros, apesar da ajuda que novas fórmulas comerciais lhes concediam, com a emergência dos chamados «grandes armazéns» das cidades que traziam novas estratégias de comércio a retalho em contacto directo com o público e redes de caixeiros-viajantes a correrem o País²⁷. Para conseguirem um maior penetração no mercado nacional, os industriais desejavam novas ou maiores protecções pautais, não já para os produtos que fabricavam mas os que pretendiam fabricar – os tecidos finos.

Na verdade, outros observadores sublinhavam que a verdadeira quebra de consumo se ficava a dever essencialmente ao mercado interno (a braços com uma importante crise agrícola e problemas nas remessas de emigrantes), pois a produção algodoeira baixara de cerca de 15000 contos para 8000 contos, quando as colónias só absorviam pouco mais de 2000: uma tentativa de força para controlar o mercado por parte das principais fiações esteve na realização de um *trust* ou cartel que mantivesse os preços do fio e que acabou por se realizar, girando sob a firma Guimarães, Fonseca & C^a, a qual depois de uma fase em que adquiria toda a produção, tinha como função estabelecer cotas aos participantes. Foi uma negociação demorada e pouco eficaz, porque procurava controlar os grandes fabricantes de fio de algodão, mas não podemos esquecer que alguns deles eram também fabricantes de tecido e, por outro lado, houve alguns que logo à partida se recusavam a integrar o cartel, caso das fábricas do

²⁵ *Jornal das Finanças*, n.º 462, 7.4.1901.

²⁶ Fernando Pimentel, *Investigação Comercial na Província de Angola em 1902-1903*, Porto, 1903.

²⁷ Cf. Jorge Fernandes Alves, «Armazéns do Anjo – Uma História de comércio a retalho», in *O Tripeiro*, 7.ª série, Nov. 1995, n.º 11, p. 336-343.

Bugio e de Alcobaça. O esquema de funcionamento era explicado deste modo pela imprensa:

*O trust, nas suas bases gerais, é assim constituído: compra às fábricas que entrarem no acordo e pelo preço que mutuamente combinarem, todo o algodão que elas produzirem e depois vendê-lo-á aos fabricantes de tecidos e outros consumidores, mediante uma percentagem de lucros, incluindo o del credere. Aquelas fábricas só venderão algodão ao trust e este só a elas o comprará.*²⁸

Não foi longa nem feliz a acção do trust, que configurou para muitos uma prova das rivalidades entre industriais, onde não se vislumbrava qualquer tipo de harmonização possível. Definindo preços de fio, o cartel teve como reacção e consequência a proliferação de pequenas fiações, desenvolvidas em pequenas fábricas que até aí se dedicavam apenas à tecelagem. Não podemos esquecer que a generalização de novas formas de energia (além do vapor começam agora a multiplicar-se os motores e a electricidade) facilitava agora este tipo de operações. Em 1905 a situação de crise só se tinha agravado, com algumas fábricas a trabalharem apenas três dias por semana ou então apenas em semanas alternadas, com os problemas sociais inerentes ao operariado sem salários por via da paralisação.

A situação de sobreprodução na indústria algodoeira era, porém, mundial e prolongou-se. No Congresso Internacional Algodoeiro, reunido em Paris em 1908, aprovou-se mesmo uma proposta de redução generalizada de dois dias de trabalho por semana, ou seja, uma redução de um terço, medida adoptada regularmente noutros países mas que em Portugal não teve aplicabilidade. Melhorias pontuais vieram de Angola, com a subida de cotação da borracha e mais importações de tecidos.

No entanto, a expansão do sector algodoeiro no Norte (mais precisamente no grande Porto e Vale do Ave) foi espantosa, a ponto de a região se tornar para sempre o maior pólo desta indústria: basta dizer que em 1892, o Norte absorvia 70% das importações de ramas, número que em 1902 subia já aos 82%. Este crescimento fabril, conjugado com a reduzida capacidade de escoamento, trouxe consigo problemas sociais graves e os conflitos e as greves começaram suceder-se. Em Junho de 1903, por exemplo, estala uma greve que paralisou praticamente a indústria urbana e teve como consequência principal uma aceleração na maquinização fabril, arrastando ainda mais desemprego²⁹. Mas ao Vale do Ave as greves só chegam em 1910, no surto grevista que antecipou a proclamação da República e se estendeu a todo o País, tomando no vale do Ave aspectos simbólicos, como seja a ostentação da enorme palmatória retirada a um capataz da Rio Vizela nas manifestações operárias, a denunciar a violência ali atingida no controlo patronal sobre o operariado. Um inquérito à situação do operariado em 1910 mostra que os operários tecelões tinham consciência dos problemas e da impossibilidade de os ultrapassar. Para lá dos efeitos da maquinização crescente (um tear mecânico produzia o triplo de um manual), persistiam os trabalhos domiciliários e os patrões começavam a recrutar a sua mão-de-obra no campo, contratando cada vez mais mulheres. Do meio rural vinham outros problemas: as fábricas da província tinham a vantagem de pagar menos aos operários, de trabalharem mais horas, de

²⁸ Cf. *Jornal de Finanças*, n.º 640, 4.9.1904.

²⁹ Cf. Maria Filomena Mónica, *Artãos e Operários*, Lisboa, ICS, 1986, pp. 155-205.

recrutarem muitos menores, de terem instalações mais baratas, de usufruírem de energias hidráulicas, com algumas fábricas já a laborarem ininterruptamente, com dois turnos de pessoas, como era o caso da de Riba d'Ave, tudo se traduzindo em cerca de 50% de custos a menos na produção, havendo apenas a oneração do transporte como factor negativo³⁰. Compreende-se, deste modo a transferência gradual do poder das grandes fábricas de fição e tecelagem da cidade do Porto para as fábricas do Vale do Ave, com o crescimento do desemprego urbano e muitos ex-operários têxteis a rumarem para o Brasil ou para as obras públicas.

Mas o contínuo proliferar de empresas algodoeiras, pulverizando cada vez mais o sector, não podia agradar aos principais fabricantes, a braços com uma sobreprodução contínua. Nem ao poder autárquico do Porto, que via na agitação e miséria dos tece-lões urbanos um foco socialmente perigoso, e que por isso chegou a discutir no Senado municipal uma proposta para lançar um imposto sobre todos os tecidos extra-urbanos que entrassem na cidade, como forma de proteger a indústria urbana³¹. Em 1914, depois de mais uma crise grave a que a tensão militar não deixava vislumbrar o fim, os grandes empresários algodoeiros ligados à Associação Industrial Portuense e à Associação Industrial Portuguesa reúnem-se em Lisboa (24 de Junho) e decidem passar à acção, fazendo novo tipo de exigências ao governo, entre as quais (prémios de exportações, abolição do draw-back, limitação horária de 60 horas de laboração semanal, abolição de contribuição predial para os edifícios fabris) sobressai a primeira:

*Limitação da indústria de fição de algodão nas fábricas actualmente existentes, enquanto não seja reconhecida a necessidade da sua ampliação, e justificada pela forma que as associações industriais indiquem.*³²

Como tomar esta medida? Utilizando os serviços das circunscrições industriais, através dos quais corriam os processos para a concessão de novas licenças. Estes serviços passaram a pedir parecer às associações industriais que opinavam em conformidade, começando desta forma uma fase de alguma promiscuidade política que terá frutos mais tarde, tanto mais que a crise ainda mal começara, e os transportes, os mercados, os preços iam sofrer uma ebulição incontrolável nos meses seguintes com o evoluir da Grande Guerra. *Nota-se agora um movimento favorável ao nacionalismo económico como nunca antes se sentiu, preconiza-se todos os dias a necessidade de aumentarmos a nossa capacidade de trabalho* – assim resumia o ambiente de crise um articulista anónimo d'O Trabalho Nacional em Janeiro de 1917, lamentando-se que o ambiente favorável ao nacionalismo fosse tão tardio.

A escassez absoluta de algodão em 1917 fez entretanto adoptar voluntariamente aos grandes industriais de fição e tecelagem o *short time*, com redução de dois dias de trabalho nas fábricas. Mas a pulverização era demasiada para que o comportamento das principais empresas se transmitisse à pequena indústria e à actividade caseira. A superprodução continua nos anos 20 a ser a palavra-chave para entender os protestos dos empresários, ainda que agora se diluísse na crise geral das indústrias. Para a sua

³⁰ Boletim do Trabalho Industrial, nº 49, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910, 116/117.

³¹ Já em 1888, quando do inquérito realizado e indústria de tecelagem no Porto, os operários tinham sugerido a determinação do exclusivo da indústria algodoeira às cidades do Porto e Lisboa.

³² Relatório da AIPortuense relativo a 1914, p. 24.

resolução o pedido só podia ser um: alargar o mercado, aproveitar as colónias. É o que pedem mais uma vez os industriais algodoeiros³³, em 1928, ao novo governo saído do movimento do 28 de Maio de 1926, para o que comparam as importações em tecidos de Angola em 1925:

a) tecidos brancos – 226 contos da Metrópole e 31180 c. do estrangeiro;

b) tecidos tintos – 4665 contos da Metrópole e 83344 c. do estrangeiro.

Defendia-se a criação de uma comissão para estudar o problema, mas, enquanto tal decorresse, era preciso repôr em Angola para já as pautas de importação de 1892 com os direitos pagos em ouro, pautas que entretanto tinham sido completamente desvirtuadas por múltiplas alterações e introduções fiscais, diziam. E os industriais faziam essa pressão com o peso do seu contributo para o produto interno bruto (computado em 440.000 contos, em 1926) e com o peso do seu mercado de trabalho – 341268 operários entre as 155 empresas subscritoras (cf. Anexo). De crise em crise, o parque têxtil crescera, no número de empresas e no redimensionamento das principais, como se pode observar por aquelas que ultrapassam o milhar de operários:

F.F.T. do Rio Vizela – 2850 operários

C. F.T. de Guimarães – 2200

W.& J. Graham & C^a – 1500

C. Fabril de Salgueiros – 1380

F. F.T. da Areosa – 1000

F.F.T. do Jacinto – 1000

C^a Portuguesa de Algodões – 1000

Mas enquanto não se travava a dita «desnacionalização» das colónias, os industriais precisavam de ajustar contas internas. A deslealdade concorrencial era um dos pontos mais focados em mais uma representação das grandes fábricas algodoeiras ao governo: a legislação, nomeadamente o horário de 8 horas só era cumprido pelas grandes fábricas e unidades urbanas, a ela fugindo unidades que tinham autorizações especiais ou que pura e simplesmente ignoravam a legislação e chegavam a ter indivíduos a trabalharem 16 horas, o que criava «uma luta tremenda entre todas as fábricas por falta de protecção oficial»³⁴. Problemas que se arrastavam e cujo repensar contribuiu para a implementação de um novo quadro institucional, em que o Estado assumia declaradamente um alto grau de participação no sentido regulamentador: o condicionamento industrial.

³³ *Representação apresentada ao sr. Presidente da República pelos industriais algodoeiros de todo o país*, Porto, 20 de Abril de 1928.

³⁴ «A crise da indústria têxtil», *O Trabalho Nacional*, Agosto de 1930.

Conclusões

A indústria têxtil do Norte de Portugal assenta num profundo enraizamento, a partir de formas domiciliárias de trabalho do linho e da lã que, além do consumo rural, produzia importantes fluxos para o mercado urbano e colonial. Nos finais do século XVIII, há a percepção de que o algodão se torna no principal produto necessário ao consumo, depois do pão, na medida em que surge associado à mecanização e atinge preços tão acessíveis que afasta quase por completo o linho, a lã e a seda do papel que estes desempenhavam anteriormente ao nível da produção para vestir.

Sendo o Porto uma plataforma de redistribuição colonial, por onde passava também algodão brasileiro rumo à Inglaterra, rapidamente se percebeu a importância da indústria algodoeira. Aos poucos o algodão tornou-se objecto de importação, quer em rama, do Brasil, quer sobretudo em fio, da Inglaterra, com a multiplicação de pequenas unidades de tecelagem que usavam ainda em elevado grau o trabalho domiciliário quer para a fiação, quer para a tecelagem, num sistema de «putting-out». Algumas dessas unidades redimensionam-se, crescem e vão-se equipando com as novas máquinas, embora de forma lenta, pois para os períodos de expansão há sempre o recurso ao trabalho domiciliário e à multiplicidade de pequenas fábricas-oficinas. Estratégia que assegurava a existência de uma almofada de grande elasticidade face às crises (nas dificuldades, os pequenos produtores locais eram os primeiros a senti-las).

No entanto o crescimento é imparável e surge, sobretudo, na sua forma extensiva, por incorporação de cada vez mais mão-de-obra, nomeadamente a feminina e a de menores, o que se traduzia numa paisagem fabril em que algumas grandes unidades sobressaíam num oceano de indústria caseira de tipo oficinal. Ao nível da modernização do equipamento tudo é lento no século XIX e mesmo fábricas que dão alguns sinais modernizadores, com máquina a vapor por exemplo, não dispensam a complementaridade da sua produção com a actividade domiciliária, revelando estratégias de sentido contraditório, em que o ritmo de mecanização cede perante a mais-valia da mão-de-obra barata.

A predominância das tecelagens e a grande dependência da importação do fio, faz explodir nos meados do século passado as fiações, associando industriais de tecelagem e comerciantes por um lado, favorecendo a verticalização de algumas empresas por outro lado. Esta tendência para a verticalização vai-se acentuando à medida que a concorrência a isso obriga, alargando-se as margens de lucro ou assegurando a sobrevivência através da incorporação das diversas etapas de fabrico – a fiação, a tecelagem e depois a estamparia, surgindo assim as «unidades completas», sempre com maior capacidade concorrencial em confronto com as unidades caseiras, estas precárias aos vários níveis, fruto de uma excessiva pulverização, frequentemente clandestinas, como forma de o operário ganhar autonomia da fábrica ou sobreviver ao desemprego.

Neste quadro, as representações relativas às condições do mercado e de funcionamento das empresas são persistentemente negativas por parte dos empresários algodoeiros, que invocam permanentemente a «crise» para reivindicarem ao poder central medidas que corrijam a concorrência desleal e estabeleçam condições de equilíbrio na produção e escoamento, para cujo efeito as medidas pautais de teor proteccionista, tanto na metrópole como no ultramar, surgem como indispensáveis. Tendo obtido essa

protecção pelas pautas de 1892, que contribuíram para provocar um surto industrializador, logo a crise se declara de novo por razões de sobreprodução nos inícios do século XX, com as empresas a crescerem em número de unidades e na sua dimensão. A protecção pautal persistia, contudo, como mito que tudo podia resolver, mas procurou-se acompanhá-la com outras medidas, como seja a solicitação, em 1914, de congelar a capacidade produtiva existente e só em casos especiais permitir novas instalações, medida que se verificou administrativamente e que ajudará a criar a interiorização da necessidade de um dispositivo mais harmonioso e eficaz. O regime de condicionamento industrial não foi, deste modo, uma medida que caísse do céu, mas procurava essencialmente responder a solicitações antigas, ainda que surgisse enquadrada noutras leituras do funcionamento da economia e isso provocasse algumas discordância quanto às modalidades da sua aplicação. Mas esse é já um problema para ser objecto de outra comunicação.

ANEXO

Fábricas Algodoeiras que assinam a representação a pedir remédios para a crise fabril, nomeadamente a reposição das pautas de importação 1892 em Angola, apresentada ao Presidente da República em 20.04.1928, com indicação do respectivo número de operários.

Fábricas	Operários
Fábrica de Tecidos de Aliança, Ld ^a	330
Fábrica de Tecidos Avenida, Ld ^a	220
Fábrica de Tecidos dos Burgães, Ld ^a	80
Fábrica de Tecidos de Campanhã, Ld ^a	100
Fábrica de Tecidos de Fânzeres, Ld ^a	190
Carlos Joaquim Tavares, Suc.	145
Azevedo, Ferreira & C ^a , Ld ^a	330
Manuel Martins Moutinho & Filho	145
Joaquim Zeferino	45
José Zeferino	55
Santos & Filho	170
Fábrica da Paz	180
José Mariani & Filhos	270
Fábrica da Carcereira	110
W & J. Graham & C ^a	1500
Matos & Quintans	700
Matos & Irmão	140
Fernando Barbosa & Irmão	80
António de Oliveira Borges	350
Adrião Sousa & Filhos	55
Manuel Tavares de Matos	30
Companhia Fabril do Minho	495
Fábrica de Fiação e Tecidos da Areosa	1000
Fábrica de Ermesinde	300
Empresa Fabril do Norte	600
Fábrica do Bonfim	150
Fábrica de S. Roque da Lameira	150
Companhia Fabril de Rio Tinto	200
Fábrica da Mazorra	120
A Invencível	70
Armando Monteiro & Comandita	100

Fábricas	Operários
Diogo H. Barbot & Filhos	80
Calandra do Bonfim	80
Calandra da Torrinha	10
Calandra da Victória	35
Fábrica de Acabamentos de Lavadores	250
Companhia Fabril do Cávado	850
Companhia Fabril de Salgueiros	1380
Companhia de Fiação de Crestuma	700
Companhia de Fiação Portuense	750
Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça	900
Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe	850
Companhia de Fiação e Tecidos do Porto	400
Companhia Indústrias Reunidas	60
Companhia Manufactora de Artefactos de Malha	450
Companhia Rio Ave	700
Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto, Ld ^a	1000
Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto, Ld ^a – Torrinha	350
Empresa de Tecelagem, Ld ^a	120
Fábrica de Branqueação e Acabamentos, Ld ^a	60
Fábrica de Fiação da Balsa, Ld ^a	140
Fábrica de Fiação e Tecidos de Barcelos, Ld ^a	170
Fábrica do Campo Alegre	350
A. J. da Silva Pereira	450
Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, Ld ^a	2850
Fábrica de Francos	120
Fábrica de Malhas Tentativa	240
Fábrica 9 de Julho	140
Fábrica de Grossarias	35
Fábrica de Passamanarias	100
Pimentas & C ^a	130
António Joaquim Correia & Filhos	50
Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso, Ld ^a	780
Empresa Fabril Tirsense, Ld ^a	190
Empresa Industrial de Santo Tirso, Ld ^a	350
Figueiredo & Félix	50
A Indústria do Ave, Ld ^a	150
Silva & Alves, Ld ^a	150

Fábricas	Operários
Fábrica de Fiação e Tecidos do Bairro, Ld ^a	400
Silva, Guimarães Pereira, Ld ^a	140
Empresa Têxtil da Cuca, Ld ^a	500
Manuel Ferreira	150
Pimenta & C ^a , Ld ^a	40
Fábrica de Fiação e Tecidos de Delães, Ld ^a	250
Empresa Fabril de Lordelo, Ld ^a	100
Sampaio, Ferreira & C ^a	750
Oliveira, Ferreira & C ^a	650
Empresa Têxtil Eléctrica, Ld ^a	560
J. D. Ferreira & C ^o Ld ^a	700
Ferreira Irmão, Ld ^a	480
A. Pereira & C ^a Ld ^a	100
Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães	2200
António da Costa Guimarães, Filho & C ^a	400
Bento dos Santos Costa & C ^a Ld ^a	250
Freitas, Mendes, Fernandes & C ^a Ld ^a	250
Empresa Têxtil de Caneiros, Ld ^a	150
Costa Lendeira & C ^a	60
Fábrica de Tecidos Vila Flor	100
António José Pereira de Lima	200
Fábrica de Tecidos do Cavalinho	100
Fernando Francisco Fernandes	240
Empresa da Calçada	70
Barbosa Limitada	55
António Lopes	50
Alberto Pimenta Machado	35
Joaquim da Cunha	80
Joaquim Ribeiro Moura	15
Francisco da Silva Areia	25
Freitas, Pereira & C ^a Ld ^a	70
Cunha Guimarães & Irmão, Ld ^a	60
Joaquim d'Oliveira Mateiro	35
Joaquim d'Almeida Guimarães	80
Júlio Rodrigues Guimarães	25
Empresa Têxtil e Comercial de Guimarães	70
José dos Santos	40

Fábricas	Operários
Ilídio Ribeiro Dias	70
Alfredo Inácio da Cunha Guimarães	40
Oliveira & Irmão	150
Vital Marques Rodrigues	80
Sousa, Limitada	45
Custódio Vila Nova Guimarães	40
Fábrica do Bugio	450
João Mendes Ribeiro & Filhos	650
Alberto Rodrigues Figueiredo & Filhos	250
Manuel José Rodrigues	120
Francisco Inácio da Cunha Guimarães & Filhos	300
Manuel Ribeiro da Cunha	140
António José Lopes Correia, Filhos	140
João Ribeiro da Cunha	50
António Ribeiro da Cunha	50
Albano Coelho Lima	30
Augusto Pinto Lisboa	45
Francisco Pinto Lisboa & Fonseca	35
António Ferreira de Araújo	35
J. S. Marques Rodrigues	120
Empresa Fabril de Gondar, Ld ^a	77
Domingos da Cunha Abreu	27
António Rodrigues Guimarães	27
José Correia Guimarães	47
José Rodrigues Júnior	20
Rodrigues & Rodrigues	20
Adelino Ribeiro de Abreu	23
Manuel Lemos Pinheiro	23
Agostinho Rodrigues	17
Joaquim José Pereira	32
V ^a de José Joaquim da Cunha	20
Ribeiro & Irmão	10
Empresa Industrial de Negrelos, Ld ^a	147
Empresa Rio Pelhe, Ld ^a	88
Empresa Fabril de Vermoim, Ld ^a	243
Empresa Fabril do Minho, Ld ^a	243
Empresa Barbosa, Mesquita & Fernandes	223

Fábricas	Operários
Gomes de Castro & Irmão	193
Cancelas, Ld ^a	195
Barbosa & Mello, Ld ^a	128
Guimarães & Abreu, Ld ^a	118
Aníbal de Lima & Irmão, Ld ^a	520
Nunes Vicente & Irmão	110
Sociedade das Malhas, Ld ^a	70
Jaime Lopes Lobo	70
Fânzeres Dias & C ^a	77
Companhia da Fábrica de Fiação de Tomar	800
Companhia Portuguesa de Algodões	1000
Empresa Oriental de Fiação e Tecidos	500

A APOSTA NO AMBIENTE SERÁ GANHA EM 2001?

João Peres Guimarães

Se quisesse resumir esta comunicação a um absoluto mínimo, e dado que o seu título é a formulação de uma pergunta, poderia fazê-lo com uma só palavra: Talvez!

Há apenas um ano atrás, em vez deste meu actual cepticismo, existia em mim a convicção de que, no limiar do século, a indústria Têxtil algodoeira teria superado com sucesso as principais questões ambientais que lhe são próprias.

As razões desta modificação do meu sentir, por um lado; por outro as acções que penso devem ser urgentemente implementadas para que em vez de talvez, seja sim! a resposta à questão, constituirão o objecto desta minha intervenção.

Preciso de começar por recordar os passos que nos últimos anos foram dados pela administração e pela indústria:

Em 1990 foi aprovado um vasto conjunto de leis que constitui a linha mestra de orientação ambiental relativamente ao meio hídrico.

Um conjunto do ponto de vista legislativo magnífico, como é frequente encontrar em Portugal, mas bastante desajustado das realidades e das possibilidades dos intervenientes, sejam eles entidades particulares ou estatais.

Às exigências draconianas da lei, associaram-se-lhe penas elevadíssimas e aconteceu o inevitável: não tendo sido previsto um prazo razoável de adaptação das empresas à legislação, estas ficaram automaticamente fora de lei. E não foram algumas. Foram todas!

E como de acordo com a mesma lei elas deveriam ser punidas com tal gravidade que muitas encerrariam, nada se fez.

Situação aliás para que colaboram as consciências intranquilas de muitos agentes governamentais desta área, certos de que as empresas não tinham os meios financeiros, a competência técnica nem o tempo para se adaptarem.

A precipitação de se aprovar e publicar uma lei nestas condições tem sempre consequências negativas, quanto mais não seja porque contribui para fazer pensar os agentes económicos de que foi feito para agradar a europeístas mas que não será para pôr em prática...

Contudo, a nível associativo, nós tínhamos consciência de que, embora as metas legis-ladas fossem impossíveis de concretizar no imediato, certas precauções ecológicas teriam de ser implementadas, pois para além das pressões comerciais e de marketing que já então se começavam a fazer sentir sobre as empresas, ninguém com sentido de responsabilidade poderia a negar o agravamento das condições ambientais. Mais tarde ou mais cedo a questão teria de ser resolvida.

Foi assim que, no meio da paralisia de acções e da profusão de afirmações oficiais, mais ou menos bombásticas, decidimos encetar negociações com a Secretaria de Estado do Ambiente.

Começaram em Novembro de 1990 com o então Secretário de Estado Eng. Macário Correia e continuaram até Setembro do ano seguinte, data de uma nossa proposta que nunca teve resposta.

Fomos nós, industriais, que interessados na resolução desta questão, forçamos o diálogo e fizemo-lo vezes sem conta: dirigimo-nos aos Directores Gerais, ao Secretário de Estado, à própria Ministra do Ambiente. Debalde...

De qualquer modo, a Administração acabou por verificar por si mesma que não é suficiente legislar para despoluir o ambiente e rendendo-se à evidência fez aprovar e publicar em 1994 um novo conjunto de leis que permitiram desbloquear certas situações de impasse, nomeadamente aquela em que nos encontrávamos.

- A par disto, no caso concreto do Vale do Ave, a despoluição do rio e seus afluentes passava lentamente do papel para o terreno, e seria de esperar para breve o arranque das unidades que constituem o Sistema Integrado de Despoluição do Vale do Ave.
- A nível industrial, desenhavam-se, pois, dois tipos de preocupações consoante a localização de cada empresa:

Aquelas que se situavam no Vale do Ave queriam conhecer os pormenores ligados ao sistema integrado:

- Os colectores passariam suficientemente perto da sua instalação para permitir a ligação?
- Em que condições poderiam fazer as descargas?
- Quanto custaria?
- Afinal de contas, valeria a pena ligar ou seria melhor optar por uma solução autónoma?

Os outros, e é preciso não esquecer que mais de metade da indústria têxtil algodoeira não beneficia do Sistema Integrado de Despoluição do Vale do Ave, perguntavam-se

quando deveriam fazer alguma coisa; para atingir que parâmetros; quais os apoios com que poderiam contar.

A nível associativo, reflectimos estas preocupações e finalmente a Secretaria de Estado do Ambiente reatou o diálogo com as associações têxteis. Foi possível avançar até ao ponto de se acordar no estabelecimento de um Acordo Voluntário de Adaptação Ambiental para toda a Indústria Têxtil, e não apenas para a algodoeira, a ser celebrado em simultaneidade com a aprovação de uma portaria regulamentadora das cargas poluentes para os efluentes da nossa indústria, reconhecida que foi a sua especificidade.

Por essa altura o conteúdo do Pedip II para projectos na área eram bem conhecidos e as disponibilidades financeiras existiam de facto. Contudo os projectos nesta área não se fazem de um momento para o outro e para que a indústria dispusesse de tempo para os planear e submeter a aprovação de eventuais apoios era necessário andar depressa.

Quando as principais divergências foram superadas e apenas alguns ajustes se tornavam necessários, acabou a Indústria por, fazendo várias cedências em prol da celeridade do processo, fazer à Secretaria de Estado do Ambiente uma proposta que simultaneamente era exequível para a indústria e consignava as principais preocupações da Administração. Inexplicavelmente, o processo parou com essa nossa proposta.

Volvido um ano e apesar das nossas insistências, ninguém é capaz de nos dizer porquê. Ninguém é capaz de dizer se essa proposta vai ou não ser aceite e se não, qual o motivo.

Paralelamente, quanto ao Sistema Integrado de Despoluição do Vale do Ave tem-se assistido a uma situação em que ninguém sabe nada: nem quem manda, nem quem pode, muito menos quanto custa, quem pode ligar, quando... etc.

Na busca de resposta a estas questões, desdobramo-nos em esforços, em contactos, uns simpaticamente outros antipaticamente atendidos, todos sem o rigor e a objectividade que se pretendia.

Assim se passou um ano sem que a Indústria tivesse algo de concreto para se nortear. Para muitos foi um ano perdido e pior que isto pode muito bem ter feito aumentar o número daqueles que pensam que de facto estas leis são para ficar no papel...

Mas quando no início afirmei que talvez haja ainda possibilidade de encarar uma solução até ao ano 2000, fi-lo pois penso que tomadas as medidas necessárias este processo pode ainda ser levado a bom termo.

Como?

- Em primeiro lugar reiniciar e rapidamente concluir as conversações entre o Ministério do Ambiente, o Ministério da Indústria e as Associações Têxteis com vista ao estabelecimento de um Acordo Voluntário para o sector;
- Simultaneamente, acordar quanto aos parâmetros a estabelecer na prometida portaria regulamentadora das descargas de águas residuais para a Indústria Têxtil;

– Depois, dado que ao despoluir as águas iremos ter uma elevada produção de lamas, é necessário encontrar uma solução para este problema. Dada a extensão do mesmo, pensámos que mais uma vez não é suficiente legislar, afirmando que quem as produz terá de delas se desembaraçar; e antes que se crie um novo imbróglio, nós pedimos desde já a colaboração do Estado no sentido de se tentar encontrar uma solução comparticipada.

Se é certo que esta questão dos aterros tem tido no presente uma carga política e emocional muito grande, facto que dificultará às indústrias isoladamente a solução do seu problema específico, não creio que seja razão para que o Estado afaste responsabilidades que também tem como tal.

Quero com isto dizer que o Estado terá mais facilidade em iniciar e garantir um projecto comum com a indústria na procura de locais para aterros e na criação de um sistema adequado de gestão e manutenção desses aterros.

Por outro lado, a questão dos resíduos na forma de lamas, pôr-se-á também no Sistema Integrado de Despoluição do Vale logo que as estações de tratamento entrem em funcionamento.

E se é certo que estas só foram projectadas para despoluir as águas das indústrias e povoações confinantes aos colectores, quanto à questão do destino a dar às lamas poder-se-ia e na minha opinião dever-se-ia arranjar uma solução comum ao Sistema e às instalações autónomas de empresas mesmo fora desta zona.

A relativa proximidade das unidades têxteis, a rede de estradas rápidas que finalmente existe na área, a similaridade dos resíduos produzidos, e os benefícios da economia de escala que se poderiam obter da utilização de aterros comuns, faz-nos pensar que esta é a solução indicada para o problema.

Se estas quatro questões: Acordo Voluntário, Portaria para o Sector, destino dos resíduos e resolução dos problemas técnicos e administrativos ligados com o Sistema Integrado de Despoluição do Vale do Ave forem resolvidos rapidamente, creio que estarão criadas as condições para superar os problemas ecológicos mais delicados, quanto à sua gravidade e quanto ao custo da solução.

Não serão as outras questões ambientais que não abordei, como a poluição atmosférica, o ruído e as condições de higiene e segurança no trabalho que então virão atrasar o processo de adesão da Indústria Têxtil a um ambiente mais sã no amplo sentido da palavra.

É pois ainda possível chegar ao próximo século com condições ecológicas muito diferentes das actuais. Mas o tempo urge.

ROTULAGEM ECOLÓGICA E SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL

Luís Almeida*

I. INTRODUÇÃO

Tem-se assistido recentemente a uma sensibilização cada vez maior das populações para os problemas ambientais, sobretudo nos países mais desenvolvidos. A produção ecológica pode assim constituir um importante factor de marketing. Os produtos têxteis surgem, logo após os produtos alimentares, como uma preocupação para os consumidores, não só por estarem em contacto com o nosso corpo no dia a dia, mas também por serem muitas vezes associados a uma produção relativamente suja.

Nesta comunicação abordam-se duas formas das empresas poderem responder a este desafio:

- a rotulagem ecológica dos produtos têxteis
- os sistemas de gestão ambiental.

2. RÓTULOS ECOLÓGICOS

Os produtos têxteis, como produtos de grande consumo e que em muitos casos estão em contacto com a pele, têm vindo a ser objecto de diversos tipos de rótulos ecológicos, geridos quer por entidades oficiais quer particulares. Existem assim actualmente diversos rótulos ecológicos aplicáveis a produtos têxteis, com diversos níveis de exigência quer em termos do produto final quer em termos do próprio processo produtivo.

Os rótulos ecológicos podem basear-se em quatro princípios:

* CITEVE, Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal, Vila Nova de Famalicão

- garantia da **ausência de substâncias** que, de acordo com os conhecimentos actuais possam ser **nocivas para a saúde humana** (é a chamada *ecologia humana*);
- garantia de que o produto, durante todo o seu ciclo de vida, produz um **reduzido impacte ambiental sobre os recursos naturais**;
- garantia de que o produto foi produzido com respeito pelas regras de higiene e segurança no trabalho;
- garantia de que o produto respeita certos níveis de qualidade funcional.

2.1. Rótulo Ecológico Europeu

O rótulo ecológico europeu baseia-se na legislação publicada a nível comunitário a partir de 1992 (Regulamento CEE 880/92, de 23 de Março e regulamentação complementar posterior). Trata-se dum rótulo que toma em particular consideração o impacte ambiental do produto durante todo o seu ciclo de vida (*do berço à cova*, ou mesmo, nalguns casos, *da concepção à ressurreição*). Em Portugal, de acordo com o Despacho conjunto do Ministério da Indústria e Energia e do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais publicado em 23 de Agosto de 1993, o organismo competente é a Direcção-Geral da Indústria, a quem deve ser apresentada a candidatura. O custo do requerimento é de 100 mil escudos, havendo depois lugar ao pagamento duma taxa anual correspondente a 0,15% do volume de vendas dos produtos etiquetados com um mínimo de 100 mil escudos (valores que não incluem os custos de inspecção e ensaio).

Os primeiros rótulos foram regulamentados em 1993 para máquinas de lavar, tendo vindo a ser extendidos progressivamente a diversos produtos de consumo. No caso dos têxteis, a Dinamarca liderou um estudo com vista à regulamentação da aplicação do rótulo a roupa de cama e a T-shirts, de algodão e algodão-poliéster, cuja legislação será em breve publicada¹.

Este rótulo obriga ao rastreamento de todo o ciclo de vida do produto (nem sempre fácil devido à complexidade do processo têxtil e à internacionalização cada vez maior das diversas fases). Obriga também a que as empresas tenham um sistema de trata-

¹ A legislação foi publicada em 11 de Maio de 1996 no Jornal Oficial das C.E. No entanto, aguarda-se ainda a publicação do formulário que contém o manual do utilizador, sendo possível então concorrer à atribuição deste rótulo.

mento de efluentes líquidos; no caso do Vale do Ave, as empresas terão por isso todo o interesse em aderir o mais rapidamente possível, desde que as condições o permitam, ao sistema integrado de despoluição que acaba de ser construído.

2.2. Rótulo Öko-Tex

O rótulo *Öko-Tex Confiança nos têxteis – testado a substâncias nocivas segundo a norma Öko-Tex 100* é actualmente o rótulo com maior implantação a nível europeu. Tem em particular consideração os aspectos ligados à ecologia humana, embora contenha também alguns critérios relacionados com o impacto ambiental e com a qualidade funcional dos artigos. Aplica-se a todo o tipo de artigos têxteis de vestuário e para o lar, incluindo acessórios não têxteis.

Este rótulo é gerido pela *Associação Internacional para a Investigação e Ensaio no Domínio da Ecologia Têxtil*, que agrupa Laboratórios e Institutos Têxteis em 12 países europeus. O CITEVE é o representante português nesta Associação, estando por isso em condições de emitir os certificados que autorizam a utilização do rótulo.

Em 1994 deu-se a fusão do rótulo alemão MST com o Öko-Tex (os critérios de ambos eram bastante semelhantes). Assim, existem actualmente mais de 3000 certificados de atribuição de rótulo emitidos (cerca de 80 correspondem a empresas portuguesas).

Um certificado é válido por um ano (renovável) para um produto ou família de produtos com características semelhantes. O seu custo é actualmente de 144 mil escudos, a que acrescem (tal como nos outros rótulos), os custos de inspecção e ensaio. Contrariamente a outros rótulos, não há qualquer taxa sobre o volume de vendas dos produtos rotulados.

Existem 16 normas relativas aos diferentes tipos de produtos têxteis e acessórios. Dado que este rótulo dá maior ênfase à ecologia humana (garante ao consumidor que o produto que adquire não contém substâncias potencialmente nocivas para a saúde), são considerados limites distintos conforme o fim a que o artigo se destina. É de referir em particular as restrições mais apertadas relativas aos artigos para bebé, devido ao facto deste poder chupar os artigos e assim absorver com maior facilidade substâncias tóxicas (a exemplo do que se passa por exemplo nas restrições para os brinquedos).

A norma Öko-Tex 100 apresenta todos os aspectos a ter em conta na atribuição deste rótulo. É de referir que um número crescente de armazenistas europeus está a exigir a certificação Öko-Tex dos produtos.

Independentemente da rotulagem ecológica, entrou em vigor em 1 de Abril na Alemanha uma lei que proíbe o uso de corantes que possam libertar arilaminas canceríge-

nas. A certificação Öko-Tex garante que os produtos não contêm essas arilaminas, sendo também por isso uma forma de reduzir riscos e custos imprevistos.

3. SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL

O Regulamento CEE N° 1836/93 de 29 de Junho de 1993, publicado no J. O. N° 168/I de 10 de Julho de 1993 descreve o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (SCEA).

As empresas são incentivadas a elaborar e divulgar declarações periódicas sobre a situação ambiental nas suas instalações industriais. Espera-se das empresas que para além do cumprimento de todos os requisitos regulamentares em matéria de ambiente, se comprometam numa melhoria razoável e contínua do comportamento ambiental.

O objectivo do Sistema consiste em promover uma melhoria contínua do comportamento ambiental através de:

- Definição e aplicação de políticas, programas e sistemas de gestão do ambiente.
- Avaliação sistemática, objectiva e periódica dos resultados.
- Informação ao público sobre o comportamento ambiental.
- A participação é voluntária
- O sistema é específico da instalação fabril e não da empresa.
- Anualmente será publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias uma lista de todas as instalações industriais registadas.
- O logotipo de participação no sistema poderá ser aplicado na instalação registada e na documentação com ela relacionada. Não poderá ser exibido nos produtos ou embalagens.



Logotipo do Sistema

O SCEA E A QUALIDADE

Se pretendermos comparar o SCEA e a Qualidade, o processo mais próximo do SCEA será o Princípio da Qualidade Total. Isto porque o SCEA implica uma melhoria contínua que deverá ser verificada através de indicadores definidos no Programa de

Ambiente. No caso dos Sistemas de Gestão da Qualidade será verificada a conformidade com os procedimentos estabelecidos – a melhoria contínua está **implícita**. No caso do SCEA a melhoria contínua deverá estar **explícita**.

Comparação entre os Sistemas da Qualidade e do Ambiente

QUALIDADE	AMBIENTE
Reclamações	Multas; despesas de limpeza após acidente
Inspecções de fim de produção	Soluções de fim de linha (ex: ETAR)
Sistemas de Gestão da Qualidade	Sistemas de Gestão Ambiental
TQM	SCEA

Os principais elementos do Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria são apresentados de seguida:

POLÍTICA DE AMBIENTE

A política deve ser adoptada /estabelecida, por escrito, ao mais alto nível da administração:

- Deverá ser periodicamente revista em função das auditorias.
- Posta à disposição do público e do pessoal interno.
- Prever o cumprimento de todos os requisitos regulamentares relevantes.
- Incluir compromissos no sentido de uma melhoria contínua do comportamento ambiental.
- Abordar os temas das boas práticas de gestão nomeadamente:

Gestão, economia e selecção de energia, transportes, matérias-primas, água, resíduos, acidentes ambientais, selecção de novos métodos de produção e alterações dos métodos existentes, planeamento dos produtos (concepção, embalagem, transporte, utilização e eliminação).

LEVANTAMENTO AMBIENTAL

O levantamento ambiental consiste numa análise preliminar aprofundada dos problemas ambientais da empresa, constituindo assim uma linha de base para comparação nas futuras auditorias.

PROGRAMA DE AMBIENTE

Descrição dos objectivos e actividades para assegurar uma maior protecção do ambiente, devendo incluir a descrição das medidas tomadas ou previstas para o cumprimento desses objectivos, assim como os prazos de aplicação dessas medidas.

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTE

Parte do sistema global de gestão que inclui a estrutura funcional, responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e recursos para a definição e realização da política de ambiente.

AUDITORIA DO AMBIENTE

O instrumento de gestão que inclui a avaliação sistemática, documentada, periódica e objectiva do funcionamento da organização, do sistema de gestão e dos processos de protecção do ambiente com o objectivo de:

- i) facilitar o controlo da gestão das práticas com eventual impacte no ambiente,
- ii) avaliar a observância das políticas de ambiente da empresa.

DECLARAÇÃO SOBRE O AMBIENTE

A declaração será um documento escrito disponível ao público que incluirá um resumo de dados quantitativos sobre:

- emissão de poluentes
- produção de resíduos
- consumo de matérias-primas, energia e água
- ruído
- outros aspectos ambientais significativos.

Poderá ser-lhe apensa documentação técnica.

Uma das preocupações prioritárias na actuação do CITEVE é a área ambiental. Assim, para além dum laboratório acreditado para efectuar todos os ensaios relacionados com águas, efluentes e teor em produtos tóxicos nos têxteis, o CITEVE dispõe na sua sede em Vila Nova de Famalicão, duma Unidade Ambiental.

Esta unidade possui uma estação de tratamento de água que abastece o edifício de água com características industriais. Possui uma estação de tratamento de águas residuais que para além do tratamento dos efluentes indústrias do edifício serve também como unidade de demonstração e formação. Possui ainda unidades piloto de ultra-filtração e osmose inversa. Possui ainda diversos equipamentos portáteis nomeada-

mente caudalímetros ultrasónicos e equipamento para avaliação do ruído no posto de trabalho e ruído ambiental, etc.

Estes factores, a par com a execução de projectos de I&D na área ambiental, para apoiar as empresas na melhoria da gestão da água e da introdução de tecnologias limpas, foram decisivas para que a Comissão das Comunidades Europeias, através da DG XI (Ambiente, Segurança Nuclear e Protecção Civil) tenha seleccionado a proposta do CITEVE, entre cerca de 200 propostas, para desenvolver uma acção de Promoção do Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria, dirigido especialmente ao sector industrial mais importante em Portugal: o sector têxtil.

Esta acção piloto foi desenvolvida durante os anos de 1994 e 1995 com 12 empresas do sector, a maioria das quais situadas no Vale do Ave. Incluiu quer uma detalhada acção de formação para os quadros das empresas quer uma implementação experimental nas empresas aderentes ao projecto.

Actualmente o CITEVE encontra-se a apoiar empresas do vale do Ave a preparar-se para, a curto prazo obter a certificação do sistema. Trata-se duma forma efectiva não só de garantir o cumprimento da legislação (ficando muitas vezes mesmo muito abaixo dos valores legais) como também de conquistar novos mercados, cada vez mais exigentes em relação aos aspectos ambientais.

4. CONCLUSÃO

Existe uma grande variedade de rótulos ecológicos aplicáveis aos têxteis, mas os princípios gerais são basicamente os mesmos. Enquanto que nos rótulos nos quais a maior ênfase é dada no produto final (caso do Öko-Tex 100) é possível com adaptações no receituário e processo produtivo, conseguir obter a rotulagem ecológica dum número significativo de produtos, noutros com maior ênfase em todo o ciclo de vida do produto (caso do rótulo ecológico europeu), apenas é possível, com o actual avanço da técnica, rotular um número relativamente restrito de produtos, com aumento mais significativo de encargos para as empresas. A evolução dos mercados e o comportamento dos consumidores face à rotulagem ecológica permitirão saber até que ponto o aumento do valor das vendas resultante do rótulo justifica o acréscimo dos encargos daí resultante (o aumento dos custos de produção pode ter aqui um peso muito maior dos que os custos do próprio rótulo e os custos de inspecção e ensaio).

De qualquer forma, a rotulagem ecológica é uma resposta à crescente sensibilização dos consumidores para os problemas ambientais e permitirá, desde que devidamente controlada, defender melhor a indústria europeia face à concorrência de países do terceiro mundo, pelo menos durante algum tempo, desde que haja uma fiscalização apertada à sua atribuição (caso contrário, corre-se ironicamente o risco de ser mais fácil a empresas do terceiro mundo requisitar o rótulo, com base em declarações passadas por instituições de menor credibilidade, enquanto que as empresas europeias acabam por ficar sempre sujeitas a maiores fiscalizações).

Os sistemas de gestão ambiental, com particular ênfase para o sistema comunitário de ecogestão e auditoria, constituem sem dúvida a melhor forma para que as empresas

possam inserir a protecção do meio ambiente nos seus processos produtivos e de gestão. Assim, tal como uma empresa com um sistema de qualidade certificado de acordo com as normas ISO 9000 consegue com maior facilidade fabricar produtos de qualidade certificada, também uma empresa com um sistema de gestão ambiental terá maior facilidade em obter e manter a rotulagem ecológica, qualquer que ela seja, e além disso estar preparada para cumprir os requisitos legais cada vez mais apertados que surgem na área ambiental.

POLÍTICA COMERCIAL DA UNIÃO EUROPEIA

Algumas notas relativas ao enquadramento futuro do Comércio Mundial de Têxteis e Vestuário e suas repercussões em Portugal

João de Sousa Machado

Existem condições técnicas e formais para que só a longo prazo, dentro de 9 anos, se venha a verificar um quadro **integralmente** diferente daquele em que se insere hoje o sistema de comércio internacional de têxteis e vestuário no qual, aliás, Portugal se integra em posição de relevo¹.

Isto porque os países importadores, nomeadamente os grandes mercados mundiais de têxteis, União Europeia e Estados Unidos da América, negociaram no quadro do Ciclo do Uruguay, com os Países Exportadores um acordo de integração progressiva dos têxteis nas regras e disciplinas do GATT em que guardam para si uma elevada margem de liberdade de acção sobre os conceitos e mecanismos que enformam o referido processo de integração.

É preciso estar atento a que razões políticas, a nível comunitário², ou razões de «moeda de troca», em benefício de outros sectores estabelecidos mais a norte da Europa, venham destruir o que foi negociado em favor deste Sector, muito especificamente da sua Indústria.

Seria o resultado de se conseguir introduzir, apressadamente, uma dinâmica de abertura de mercados de países terceiros sem ter em conta a sua aderência à realidade tanto por razões de natureza puramente administrativa como de dificuldades de Balança de Pagamentos nesses países. Acresce a necessidade imperiosa de receitas aduaneiras que é um instrumento insubstituível nos Países em Desenvolvimento.

[Não foi possível, como é óbvio, introduzir o conceito de selectividade na Salvaguarda

¹ Em 1991, Portugal ocupou a 10ª posição na lista dos maiores exportadores de vestuário, a nível mundial, com 3% do comércio total e uma taxa média de crescimento de 17% nos anos 80.

² O caso do Acordo com a Rússia. Aqui joga, no entanto, de forma muito positiva a balança têxtil favorável à UE

Geral, à revelia do princípio NMF³ que é o fundamento da OMC. No entanto, foi possível introduzir um conceito novo, de **modelação de contingentes**, penalizando os Exportadores à medida das suas responsabilidades nas situações de desorganização de mercado que se vierem a verificar.

Quanto aos produtos que se mantiverem abrangidos pelo Acordo até ao fim do Período Transitório, para esses, mantêm-se as quotas, ou caem na alçada de uma Salvaguarda Selectiva, de funcionamento semelhante à que vigorava no extinto AMF].

As nossas sensibilidades, em termos de categorias têxteis, são largamente coincidentes com as dos restantes EMs produtores (Espanha, França, Itália, Grécia, Irlanda e até a Bélgica). Temos razões para pensar que, também nesses países, a força da Indústria Têxtil e Vestuário e, sobretudo das suas organizações profissionais, será indispensável para obrigar a Comunidade a manter «sob controlo» até ao fim do Acordo uma elevada percentagem da produção têxtil significativa e sensível⁴.

As mesmas sensibilidades verificam-se também em relação aos EUA, cujas opções têm sido altamente favoráveis para Portugal⁵.

Tratando-se de uma questão interna da Comunidade não se pode, no entanto, deixar de referir os efeitos positivos das opções daquele país para os interesses de Portugal.

Feito o desmantelamento do regime restritivo herdado do Multifibras, num quadro de liberdade do comércio, como qualquer outro produto, aliás, quais as variáveis que irão influenciar o comportamento das vendas dos nossos têxteis noutros países, sobretudo nos da União Europeia (?).

Não serão já 15, provavelmente serão mais de vinte Estados Membros (???)

Em 10 anos muita coisa vai mudar: provavelmente teremos uma moeda única e um mercado interno totalmente harmonizado (???)

Apesar das incógnitas, pensamos que, aproveitando a experiência do passado recente, vale a pena isolar as variáveis imprevisíveis e «avançar» com a análise de alguns vectores relevantes para uma política têxtil comum, preocupada com o futuro.

Nesta ordem de ideias permito-me abordar a temática de:

- Mercado Interno
- Subcontração
- Influência dos Câmbios

.....
³ Nação Mais Favorecida.

⁴ A proposta da EURATEX para a 2ª fase, largamente coincidente com a portuguesa, é um sinal claro de que as Associações Profissionais de toda a Europa estão solidárias e atentas às estratégias da Comissão no dossier abertura de mercados.

⁵ Também o plano aprovado pela Administração Americana relega para 2005 a integração da generalidade dos produtos sensíveis.

– Distorções da Concorrência Internacional

– Comportamento da procura

[Passamos à margem de outros factores de competitividade ligados à mão-de-obra e aos recursos humanos, à produtividade do capital e aos custos de matérias primas que outros participantes estarão em melhores condições de abordar].

a) Começando pelo último, **o comportamento da procura e o consumo**. Quais serão os efeitos dos factores demográficos – baixa natalidade e envelhecimento da população – e da afectação do orçamento das famílias ao consumo de produtos Têxteis e de Vestuário com evidente repercussão ao nível dos consumos industriais.

A questão, muitas vezes discutida, é saber se os preços de importação nos países desenvolvidos caem com o fim do regime restritivo de transição previsto no Acordo sobre Têxteis e Vestuário, da OMC. Será que esta queda dos preços vai beneficiar os consumidores???

Há autores que dizem que o nível de preços no retalho, num grande mercado, com forte indústria própria, como é, por exemplo, o caso do RU e da França, não tem nada a ver com o das importações. Sendo assim, as reduções de preços **seriam retidas pelos importadores e outros agentes da cadeia de distribuição**, não indo beneficiar os consumidores, ao contrário do que pretendem, capciosamente, demonstrar os importadores suecos e os teóricos ao seu serviço.

Onde estaria afinal a ajuda ao desenvolvimento desses países!!!

Os rendimentos que eram, antes, obtidos pelos agentes económicos dos países em desenvolvimento, sob regime de auto-limitação das exportações, vão ser passados para os importadores dos países desenvolvidos. **NÃO PARA OS CONSUMIDORES.**

A situação seria perigosa, não só para a indústria do país importador, mas também para os seus fornecedores europeus. Na verdade, os agentes económicos da cadeia de distribuição seriam incentivados a voltar as suas compras para países de preços-baixos aumentando assim as suas margens.

Devemos, no entanto, referir outra hipótese, em teoria. Alguns **importantes mercados**, como a R.F.A. e o R.U., são dominadas por um número limitado de grandes retalhistas e «mail orders».

A competição entre eles é de tal ordem que não parece possível que venham a reter a totalidade das margens obtidas na importação dos países de mão-de-obra barata, sem «passarem» alguma coisa para os consumidores.

Se as coisas forem realmente assim, qual será o efeito sobre a procura de uma queda de preços no consumidor?

No RU, por exemplo, a elasticidade-preço da procura de vestuário é estimada em 0,5. Isto quer dizer que uma queda de 5% conduz a um aumento de procura em 2,5%.

Até que ponto o aumento induzido da Procura, provocado pelo efeito moderador das

importações a baixos-preços, poderá beneficiar a produção portuguesa destinada ao Mercado Único ???

Não temos a dimensão do resultado mas fazemos alusão ao fenómeno. Sobretudo à necessidade de estar «por dentro» para poder beneficiar dele e **acreditar que existe, em qualquer circunstância um futuro para a nossa Indústria Têxtil e Vestuário.**

b) O Mercado Único

Apesar do avançado estado de integração conseguido anteriormente, o Mercado Único, em vigor desde 1 JAN 93, tem consequências importantes para o sector Têxtil e Vestuário português. A soma dos custos de transacção (excluindo direitos aduaneiros) dá, em média, aos produtores comunitários, com a entrada em vigor do Mercado Interno, uma **vantagem** calculada na ordem de 7% em relação aos concorrentes localizados na proximidade da UE e 11 % em relação aos mais distanciados.

Para podermos concluir se Portugal tem aqui uma vantagem, a ter em consideração no futuro, dada a proximidade dos PECO's em relação aos principais mercados compradores da UE, deveríamos conhecer qual será a situação criada por uma próxima adesão destes países à Comunidade e consequente queda da vantagem de 7%.

Será que estes países vão continuar vocacionados apenas para a produção, mais propriamente para as operações de aperfeiçoamento activo, ou já terão mudado as suas agulhas tornando-se, também eles, mercados livres de considerável potencial?

Qual será a evolução dos custos de mão-de-obra e da «expertise» nestes países, tendo em vista os efeitos nocivos que exercem sobre as nossas unidades subcontratáveis???

c) Subcontratação

As pequenas e médias empresas de subcontratação, encontram-se integradas num tecido de milhares de PME's, por vezes artesanais, com uma importância fundamental enquanto fontes de emprego e rendimento em certas regiões.

As últimas estimativas do emprego na subcontratação, segundo a Comissão, indicam que na Comunidade trabalham 650.000 pessoas às quais se devem acrescentar 150.000 «não-declaradas».

Isto representa mais de um terço do emprego no Sector Têxtil – Vestuário da União Europeia.

Em Portugal seriam, segundo as mesmas estimativas, 60.000 postos-de-trabalho, mais 20.000 «não-declarados», num total de 230 mil empregados no sector Têxteis e Vestuário, o que representa, também aqui, um terço.

As empresas de subcontratação são grandes utilizadoras de mão-de-obra e como tal

uma fonte importante de emprego. Estas firmas sofrem, contudo, de franquezas estruturais e são confrontadas com mudanças profundas nas estratégias dos «donneurs d'ordre» – empresas industriais e de distribuição – com os quais têm, grande parte das vezes, laços importantes de dependência.

Além disso, mais do que ninguém, são vulneráveis à concorrência dos Países terceiros de mão-de-obra barata e à estagnação da procura na Europa.

Num quadro de alterações industriais profundas e de concorrência internacional acrescida, o reforço da competitividade da subcontratação mostra-se indispensável para a manutenção na Europa e em Portugal em particular, de uma actividade industrial significativa, tendo em conta os laços estreitos existentes no interior da fileira Têxtil /Vestuário.

Toda e qualquer actividade no sector Têxtil/Vestuário é susceptível de utilizar a subcontratação, mas esta é mais significativa nos domínios da confecção tanto em malha como em tecido.

A conservação e desenvolvimento da subcontratação exige o reposicionamento das vantagens competitivas desta actividade, principalmente por uma maior intensidade do sistema de flexibilidade e reactividade, de «savoir-faire» e de serviço.

As actividades de subcontratação baseadas numa pura lógica de custos são as mais sensíveis à competição de países terceiros.

Na verdade a diferença de custos na Europa em relação à maioria dos parceiros comerciais é demasiado grande para permitir manter vantagens competitivas neste domínio, em particular, quando se trata de produtos de gama mais baixa.

d) Variações Cambiais

As alterações cambiais das divisas europeias, especialmente face ao US dólar, sempre exerceram uma forte influência sobre a competitividade internacional do Têxtil e Vestuário europeu e nele incluímos, obviamente, o português.

Cerca de 50% das importações totais de Têxteis e Vestuário provêm de países terceiros que utilizam o dólar para facturar ou têm as suas moedas fortemente ligadas ao dólar. Referimo-nos aos EUs e aos países da América Latina e da Ásia.

[Parece líquido que o efeito benéfico da reavaliação das divisas europeias sobre os custos das matérias primas e produtos intermédios importados não têm sido suficientes para compensar a perda de competitividade face aos Exportadores extra-CE.

Da mesma forma, as dificuldades na exportação comunitária para os EUA e consequente oscilação da penetração naquele mercado são e serão sempre consequência, em grande parte, do factor câmbial.

Pensamos ser esta matéria essencial para perspectivarmos os desenvolvimentos futuros num mercado mundial em que foram eliminadas as restrições quantitativas e os seus efeitos distorçores.

O significado dos movimentos do dólar em relação às divisas europeias é particular-

mente importante no sector Têxteis e Vestuário porque as moedas da maior parte dos produtores do Extremo-Oriente estão intimamente ligadas ao dólar.

Assim:

- quando o dólar é forte, relativamente às moedas europeias, as importações comunitárias provenientes dos EUA e do Extremo Oriente são desencorajadas. As exportações comunitárias para os EUA fortemente incentivadas.
- quando o dólar é fraco, a Europa torna-se vulnerável à exportação tanto dos EUA como do Extremo Oriente. O mercado americano torna-se mais difícil de penetrar].

Chamamos a atenção para dois vectores que nos parecem fundamentais e onde queríamos chegar :

1º Nenhuma análise pode ser feita sem levar em consideração o mercado americano. Quer pela sua dimensão e influência nos fluxos têxteis provenientes do Extremo Oriente, quer pela importância decisiva do dólar no comportamento do mercado mundial.

2º Não foram as quotas existentes, tanto nos EUA como na CE que bloquearam a progressão das importações em resposta à evolução favorável das moedas. Terão exercido, isso sim, um mero efeito desacelerador.

[A experiência mostra-nos que depois de Setembro de 1992 todas as divisas europeias se desvalorizaram face ao US dólar, o que exerceu efeitos positivos sobre o plano da nossa competitividade internacional. No entanto, esses efeitos positivos não foram partilhados da mesma forma por todos os EMs. Alguns teriam registado uma desvalorização mais moderada].

Além da competitividade extra-UE, temos que pensar na questão intra-comunitária com alguns EMs a assumirem no interior do Mercado Único posições mais competitivas do que outros.

Como será amanhã com a moeda única ??

Não será pela via cambial que as empresas portuguesas serão mais ou menos competitivas do que as do RU, de Espanha ou de Itália, tanto no mercado americano como no mercado alemão, francês ou qualquer outro da UE.

Terão que ganhar competitividade nas fábricas e agressividade nos mercados.

e) Factores Complexos de Competitividade

No estudo da Comissão sobre a competitividade da indústria comunitária são designados os seguintes factores de competitividade da indústria têxtil e de confecção:

- A sofisticação e a qualidade do produto
- A credibilidade do fornecedor
- A disponibilidade para aceitar encomendas de pequena dimensão
- Disponibilidade local de fios e tecidos de qualidade
- O «savoir faire»
- A flexibilidade da produção
- O prazo de entrega
- A possibilidade de repetição.

Quanto a todos estes vectores fundamentais parece líquido que os Produtores Europeus estão em posição de oferecer melhores condições que os concorrentes extra-comunitários.

E Portugal se, eventualmente, não estiver ainda alinhado com estes vectores, terá que fazer algum esforço nesse sentido quanto antes. 2005 será demasiado tarde!!!

Qual a posição relativa dos fornecedores extra-comunitários?

Os NIC (Correia, Taiwan, Hong Kong, um pouco Singapura e Malásia), por exemplo, sobre o plano da qualidade e do «savoir faire» estão em perfeitas condições para atacar todos os segmentos de mercado mesmo os concorrentes designados de GAMA ALTA.

Aliás, o actual sistema de quotas teve dois efeitos perversos de consequências imprevisíveis:

- **encorajou** o «up grading» dos produtores tradicionais de têxteis feridos de restrições quantitativas e
- **contornou** o sistema restritivo montado, transferindo a indústria têxtil para outros países onde ela não tinha significado.

f) As distorções da Concorrência Internacional

Resta-nos para terminar esta abordagem do tema que nos propusemos **aflorar** a questão das distorções da concorrência internacional.

Se hoje existem e são frequentes no contexto do comércio têxtil mundial, em que ponto estaremos no futuro que afinal não é tão distante???

Uma das formas de distorção estará, certamente, abolida.

Falamos das quotas que distorcem os fluxos comerciais dirigidos aos países tradicionalmente importadores.

São, no entanto, um mal menor nas actuais condições do comércio mundial.

[Será que podemos dizer o mesmo do SPG ??

O crescimento rápido das exportações da maioria dos PVDs beneficiários do referido sistema confere-lhes uma posição de tal forma relevante que não podemos deixar de nos interrogar quanto à oportunidade da sua manutenção, mesmo no quadro do novo regulamento menos benévolo, é certo.

Será que a Comunidade daqui a dez anos, afastado definitivamente o regime das Restrições Quantitativas, vai, como os EUA, deixar de aplicar o SPG ao sector têxtil?

É uma questão que importaria «adivinhar» dado o sistema de vasos comunicantes que constitui o binómio UE/EUA em termos de mercado de produtos têxteis e de vestuário].

AS BARREIRA TARIFÁRIAS constituem, frequentemente, verdadeiras proibições de acesso aos mercados dos NICs e PVDs em virtude da dimensão e da forma arbitrária como são accionadas.

Se os direitos de importação estiverem, no entanto, a médio prazo, EFECTIVAMENTE reduzidos e consolidados, aos níveis acordados no quadro das negociações do Ciclo do Uruguay, a situação será algo diferente. Mas é preciso que estejam, de facto, e que se possa verificar se estão. Não é aceitável uma política como vem sendo preconizado pela Comissão, [que ensaiou no caso da Índia e do Paquistão] de «pagar» para ver cumpridas as obrigações negociais daqueles países no quadro do «Uruguay Round».

Poder-se-á dizer que não é fácil aos Têxteis Portugueses introduzirem-se nos mercados dos PVDs, estando mais vocacionados para os Países Industrializados com um elevado poder de compra generalizado às camadas de consumidores nos segmentos médios do mercado.

Mas o objectivo do Acesso aos Mercados não se esgota no potencial de venda directa dos têxteis comunitários, e particularmente dos portugueses, nesses mercados terceiros.

Tem, também a ver com a diluição da concorrência internacional noutros mercados, aliviando a pressão da oferta mundial sobre os USA e UE.

Por outro lado, interessa também que se criem condições que dinamizem os fluxos comerciais entre os próprios PVDs. Pela via da concorrência no interior dos seus mercados ficam dificultadas as práticas discriminatórias de preço, promotoras de exportações, nomeadamente o «dumping». **Não foi esta a via que a Comissão adoptou relativamente aos Acordos da Índia e do Paquistão** onde aceitou proteger estes mercados da concorrência de outros fornecedores do grupo dos fornecedores, nomeadamente da China, sem vantagens visíveis para todos os EMs da Comunidade.

* * *

Um aspecto que importa aqui dar relevo, até porque se não vai alterar no futuro, prende-se com o grau de abertura de uma economia como a nossa. Grau de abertura que varia, aliás, na razão inversa da dimensão do país.

No caso de contracção dos mercados externos as economias mais pequenas são, obviamente, as mais afectadas já que as vendas ao exterior têm um peso particularmente GRAVE em relação à produção nacional.

Em Portugal a exportação de Têxteis e Vestuário representa 70 a 80% da Produção Nacional.

Com os olhos postos no futuro, temos que vir a encarar, a exemplo de outros EMs, novos parâmetros para assegurar a agressividade e competitividade que a concorrência acrescida exige:

- mais modernização pela via das novas tecnologias aplicadas ao sector

e

- deslocalização, a que se verificar indispensável, no sector de confecção, para garantir a produção local⁶.

Economias como a França e Itália, onde o sector em análise é uma das componentes mais importantes, já optaram por esta última via e a Espanha e a Grécia dão os primeiros passos.

Outro aspecto para concluir. O mercado português, desde a nossa adesão à Comunidade, abriu-se às compras no exterior ao ritmo de 35% ao ano (em 1985 importava 54 mil toneladas de produtos têxteis contra 224 mil toneladas em 1994). As vendas ao exterior aumentaram a uma velocidade excelente, mas bem mais reduzida, 6% ao ano.

Em termos de balança têxtil o saldo de 165 mil tons em 1985 foi-se paulatinamente reduzindo, ficando em 1994 pelas 114 mil tons, o que significa uma perda líquida de 3,4% ao ano. Isto só não é ainda mais preocupante dado o estado de virgindade do mercado português em 1985.

Mas como se vai projectar esta evolução no futuro, tanto mais que as importações se estão a fazer, preferentemente, nos segmentos mais ricos do mercado??

Qual vai ser a nossa resposta??

⁶ A actual regulamentação comunitária sobre TPP permite mesmo às empresas de subcontratação o benefício deste regime.

A CAPACIDADE DE RESPOSTA DA INDÚSTRIA TÊXTIL PORTUGUESA AOS DESAFIOS COLOCADOS PELA GLOBALIZAÇÃO DOS MERCADOS MUNDIAIS

Luísa Santos

O sector têxtil e de vestuário tem experimentado profundas alterações nos últimos anos.

A internacionalização e globalização do comércio mundial de têxteis e de vestuário, a fraca expansão do consumo, em particular nos mercados tradicionais, como o mercado europeu, o surgimento de novos concorrentes com elevada capacidade competitiva e a evolução das exigências e necessidades do mercado em termos de produtos, capacidade de resposta, entre outros, originaram um redimensionamento do sector, nomeadamente em Portugal.

Não obstante, a indústria têxtil e de vestuário portuguesa tem ainda uma importância considerável na economia portuguesa.

Os números são, aliás, significativos e demonstram que este sector tem uma dimensão superior a qualquer outro sector industrial:

- representa 25% das exportações nacionais;
- contribui com 20% da produção industrial;
- ocupa 30% da mão-de-obra das indústrias transformadoras;
- contribui com 17% de valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras.

Este sector de actividade, devido à dimensão do mercado interno, desde há longos anos se direccionou para a exportação, exportando, actualmente, cerca de 65% da sua produção.

Em 1995, o valor total das exportações de têxteis e vestuário atingiu os 794 milhões de contos.

As exportações portuguesas dirigem-se, em grande parte, aos mercados dos países europeus.

Assim, 80% do total dos produtos exportados são consumidos pelos países que compõem a União Europeia. Os principais destinatários das exportações portuguesas são a Alemanha, a França, a Espanha e o Reino Unido, por esta ordem.

De salientar, no entanto, que nos últimos três anos as importações provenientes dos novos países emergentes como produtores e exportadores de têxteis, nomeadamente a Índia, o Paquistão, a Turquia e a China, têm registado um incremento significativo.

Tal incremento tem-se concentrado, particularmente, nos artigos do sector algodoeiro, fios, tecidos, t-shirts, camisas, entre outros. O que é compreensível se considerarmos que estes países são importantes produtores de algodão, facto que lhes proporciona a matéria-prima a preços inferiores aos praticados para exterior. Desta forma, os produtores nacionais gozam de uma vantagem competitiva adicional, face aos produtores dos países europeus, com reflexos visíveis no custo final do produto. Muitas vezes, o preço final do tecido produzido nestes países acaba por ser inferior ao custo da matéria-prima para os produtores europeus!...

Este factor, Preço, foi determinante para o aumento exponencial das importações de artigos têxteis e de vestuário para a União Europeia, constatado nos últimos 10 anos. Assim, as importações de produtos têxteis para o mercado europeu aumentaram, aproximadamente, 5,4% ao ano, naquele período, enquanto as importações de vestuário evoluíram a um ritmo de 6,4% ao ano, no mesmo período.

Paralelamente, o consumo tem-se mantido relativamente estável.

Esta tendência para a fraca progressão do consumo deve-se, quer à recessão económica vivida nos países da U.E., quer à redução da taxa de natalidade.

Assim, os dados estatísticos indicam uma redução das vendas no retalho que se vem registando, de uma forma relativamente constante, desde 1992. Os últimos dados disponíveis, para todos os países que compõem a União Europeia, reportam-se ao último trimestre de 1994 e traduzem uma redução de 2,5%, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Tal situação não significa que a indústria têxtil e do vestuário não tenha futuro na Europa ou em Portugal.

Bem pelo contrário, o sector têxtil e do vestuário tem um importante papel a desempenhar no tecido industrial e na economia portuguesa.

O que não podemos evitar são as importantes alterações ocorridas no funcionamento dos mercados, às quais nos teremos que nos ajustar e não combater.

A época das «grandes séries», em que os clientes nos batiam à porta, há muito terminou.

Actualmente, temos que nos consciencializar que a situação se inverteu. Agora, nós é que procuramos os clientes, nós é que temos que vender o nosso produto. Isto é,

temos que adoptar uma «estratégica ofensiva», temos que tomar a iniciativa, em antecipação aos nossos concorrentes.

E para que consigamos cativar clientes não basta apostar no factor preço.

A época em que a indústria têxtil e vestuário portuguesa competia tendo como factor primordial o baixo custo de produção está ultrapassada.

Presentemente, este segmento de mercado está ocupado pelos Países em Vias de Desenvolvimento, como sejam a Índia, o Paquistão e a China. Os preços praticados por estes países são de tal modo competitivos que será extremamente difícil, senão impossível, para uma empresa portuguesa poder concorrer com eles em pé de igualdade. A única atitude que ainda poderemos adoptar será a de averiguar a possível existência de dumping económico e procurar impor direitos anti-dumping sobre as importações provenientes destes países.

É o que a A.P.T. tem procurado, juntamente com outras associações congéneres europeias, através da apresentação à Comissão Europeia de queixas anti-dumping contra as importações de certos produtos. Actualmente, estão em curso dois processos anti-dumping, um incidente sobre os tecidos crus de algodão e outro sobre a roupa de cama. O procedimento anti-dumping sobre as importações de roupa de cama da Índia, Paquistão e Egipto já foi entretanto concluído e os direitos já estão em vigor.

No entanto, devemos ser realistas. É que, não obstante a União Europeia tenha adoptado um Código Anti-dumping destinado a encurtar os prazos, tornando mais expedito todo o processo, desde a apresentação da queixa até à decisão final, pode mediar um espaço de tempo suficiente para que os danos causados aos produtores europeus sejam irreparáveis. Por outro lado, tem-se verificado, não obstante os nossos esforços para tentar minimizar este problema, que os inquéritos enviados às empresas são bastante complexos e o seu preenchimento é por vezes difícil e extremamente moroso. Ora, sendo a maioria das empresas do sector P.M.E's, estas não se encontram, em muitos casos, aptas a responder capazmente aos inquéritos.

Após este pequeno parêntesis, gostaria de voltar novamente à estratégia que as empresas do sector têm necessariamente que adoptar hoje em dia para conseguirem sobreviver.

Como já referi, esta estratégia não pode ser defensiva, mas sim ofensiva.

As empresas têm que apostar decisivamente nos serviços que prestam aos seus clientes. E será a aposta nos serviços que poderá contrabalançar o factor preço.

Na verdade, os clientes hoje em dia esperam obter um produto de qualidade, se possível com inovação tecnológica, um produto que se enquadre e respeite os codicionalismos ambientais, um produto que tenha um design inovador e que seja entregue no prazo e condições acordadas.

Certo, o preço também será ponderado pelo cliente na hora de seleccionar, atendendo à vastidão da oferta actualmente existente no mercado.

No entanto, considerando as características do produto e o tipo de serviços prestado

ao cliente, o factor preço terá um menor peso na escolha por parte do cliente, este estará disposto a pagar mais se conseguir obter o produto que deseja no tempo e condições que lhe interessam.

O que acabo de referir não será novidade para os empresários presentes.

Convém no entanto enfatizar esta questão, pois ela representa o «factor chave» do sucesso e do futuro da indústria têxtil e do vestuário, não só em Portugal, mas em toda a Europa.

O sector terá que se redimensionar tendo em consideração os seguintes elementos:

- uma orientação e planeamento estratégico das empresas portuguesas no sentido do «up grading», da produção de «pequenas séries» e de artigos de elevado valor acrescentado;
- a aposta definitiva na «quick response» e na necessidade de responder rápida e eficazmente às necessidades dos consumidores. Neste âmbito, estão actualmente a ser desenvolvidos projectos de cooperação, a nível europeu, os quais se destinam a aproximar os produtores dos consumidores, mediante o estabelecimento de canais de comunicação rápidos e eficazes entre as várias fases da cadeia produtiva;
- o desenvolvimento da investigação e o desenvolvimento de novas tecnologias e novos produtos adaptados às necessidades do mercado;
- a opção por processos de fabrico inócuos para o meio ambiente e a aposta na imagem de marca dos «produtos ecológicos» junto do consumidor;
- o aprofundamento da estratégia de cooperação e partenariado, não só entre empresas do sector, mas também com os centros tecnológicos e as universidades;
- o desenvolvimento de novas tecnologias implicará a reconversão de efectivos que possam vir a ser dispensados e a necessidade de formação profissional adaptada às novas realidades do sector;
- a distribuição do tempo de trabalho deverá ser adequada às necessidades reais das empresas, nomeadamente em função do volume de encomendas existente em determinado momento;

A capacidade competitiva das empresas portuguesas será desenvolvida com base na resposta rápida e eficaz às exigências dos consumidores, no desenvolvimento de artigos de qualidade e de elevado valor acrescentado, no desenvolvimento, preferencialmente em regime de cooperação, de produtos inovadores que impliquem o recurso a novas tecnologias e processos de fabrico.

A aposta no «factor humano» será igualmente decisiva. A formação e adaptação constantes dos trabalhadores, desde as categorias inferiores até aos quadros superiores das empresas, constituirá um elemento determinante para o sucesso das empresas do sector.

Este processo evolutivo, determinado pelas regras de funcionamento do mercado, deverá ser acompanhado pelas entidades com responsabilidades governativas, quer a nível nacional, quer a nível europeu.

Com efeito, o rendimensionamento do sector implicará, necessariamente, a dispensa de trabalhadores.

Assim, impõe-se a criação de programas e medidas de apoio social indispensáveis para fazer face a este problema. A implementação de programas de reconversão e adaptação da mão-de-obra excedentária é, igualmente, indispensável.

Para que as empresas possam desenvolver regularmente a sua actividade, é imprescindível a criação de um ambiente favorável à existência da produção têxtil e vestuário no espaço da União Europeia.

É que não basta as empresas europeias desenvolverem uma «estratégia ofensiva», é absolutamente indispensável que as condições exteriores possibilitem a implementação e correcto desenvolvimento do plano delineado.

Em particular, é vital que as condições de concorrência nos mercados mundiais sejam idênticas para todos. O que, até ao presente, não se tem verificado.

Assim sendo, consideramos que a criação deste ambiente necessário ao desenvolvimento da indústria têxtil e de vestuário na Europa, e em particular em Portugal, passará pelos seguintes vectores:

- respeito pelo Princípio da Reciprocidade em todas as negociações com países terceiros. Toda e qualquer concessão adicional, por parte da U.E., deve ser efectuada apenas na condição de os Países Terceiros abrirem de forma efectiva e real os respectivos mercados às exportações de têxteis e vestuário europeias e, ainda, que estes respeitem todos os compromissos assumidos perante a U.E. Paralelamente, o desrespeito das obrigações, por parte destes países, deverá ser prontamente sancionado, accionando-se as medidas de salvaguarda e demais instrumentos de política comercial aplicáveis. Neste domínio, deveremos procurar seguir o exemplo dos E.U.A. que accionam rápida e eficazmente os seus mecanismos de salvaguarda, alcançando, habitualmente, contrapartidas bem mais favoráveis para a sua indústria nas negociações com países terceiros.
- cumprimento estrito do acordo têxtil e de vestuário da O.M.C. – Organização Mundial do Comércio, em particular do período transitório de 10 anos, previsto para a integração dos artigos têxteis e de vestuário na O.M.C..

Na base da decisão de integrar progressivamente os artigos têxteis e de vestuário nas regras gerais do comércio esteve a necessidade das empresas dos países mais desenvolvidos se adaptarem à concorrência acrescida dos produtos fabricados nos Países em Vias de Desenvolvimento (P.V.D.'s). É que, com o desaparecimento das limitações quantitativas e os preços altamente competitivos praticados por estes países, dado os respectivos custos de produção serem bastante inferiores (baixo custo da mão-de-obra, baixos custos sociais, inexistência de custos com a protecção ambiental, entre outros), as importações sofreriam um incremento considerável, complicando-se ainda mais a situação, já de si difícil, vivida pela indústria europeia.

Por outro lado, o crescimento gradual das limitações quantitativas, ainda existentes no âmbito dos Acordos Bilaterais A.M.F., acompanhado pela integração, nas primeiras fases do período transitório, de artigos não sujeitos a quotas ou artigos cujas quotas

são pouco utilizadas, representaria uma contribuição decisiva para a liberalização do comércio mundial de artigos têxteis e de vestuário, sem ser posto em causa o desenvolvimento futuro da indústria na Europa.

Neste sentido, entendemos dever seguir-se a estratégia e o programa de integração já definido pelos E.U.A., seleccionando os produtos a integrar em função da respectiva sensibilidade, integrando no final do período de transição aqueles artigos reputados como sensíveis ou muito sensíveis.

O respeito das Regras e Disciplinas da O.M.C. é condição indispensável para assegurar uma concorrência sã e leal nos mercados mundiais.

Não se pode falar de «free trade» sem haver «fair trade».

a) Assegurar uma abertura efectiva e real dos mercados dos países terceiros, quer através da eliminação progressiva das barreiras tarifárias existentes, quer mediante a supressão de todos os obstáculos não-tarifários às exportações de têxteis e vestuário da União Europeia. Até ao presente, a maior parte dos nossos parceiros comerciais têm-se mostrado renitentes em melhorarem efectivamente o acesso aos seus mercados. As aberturas alcançadas são nulas ou pouco significativas (ex. Índia, Paquistão, China).

Neste domínio, convém ainda referir que a globalização dos mercados implica que Países Terceiros passem a competir entre si, nos seus próprios mercados. Ao falar-se de abertura real dos mercados destes países, não estamos apenas a pensar nos artigos têxteis e de vestuário dos países mais desenvolvidos mas também nos produtos manufacturados nos países em vias de desenvolvimento. O reforço da competitividade entre os próprios P.V.D.'s, para além de ser um resultado natural da globalização dos mercados, aliviaria consideravelmente a pressão sobre o mercado da U.E..

b) Reforço do combate à fraude, ao dumping económico, social e ecológico, aos desvios de tráfico e às falsas declarações de origem, disponibilizando os meios necessários para inventariar as ilegalidades existentes e adoptar as medidas sancionatórias adequadas. O que se tem verificado, é a inexistência nas fronteiras da U.E. de um controlo eficaz que detecte as infracções cometidas. Na maioria dos casos, as ilegalidades apenas são constatadas muito tempo após a sua ocorrência.

c) Implementação de programas específicos, destinados a apoiar a Reconversão dos efectivos dispensados no sector têxtil e do vestuário.

O sector têxtil e vestuário tem ainda um peso significativo no Emprego em Portugal e no conjunto dos países que compõem a União Europeia. Como se referiu, o redimensionamento do sector originará a redução do número de efectivos actualmente existente. Pelo que tanto a U.E. como cada um dos seus Estados-Membros deve encarar este problema, adoptando um conjunto de medidas destinadas a minimizar os seus efeitos e repercussões sociais.

d) Adopção de medidas visando aumentar a flexibilidade laboral, para que as empresas possam responder eficazmente às imposições do mercado.

Com efeito, os horários de trabalho foram delineados num enquadramento bastante diferenciado do actual, em que predominavam as grandes séries e os produtos básicos e em que o consumo evoluía positivamente. Actualmente, as empresas têm de se adaptar ao funcionamento do mercado nos moldes impostos pela «quick response», com pequenas séries e produtos de elevado valor acrescentado.

e) Implementação de programas destinados a promover a imagem e a qualidade dos produtos têxteis e de vestuário europeus, em particular os portugueses, nos mercados mundiais.

Conforme se referiu anteriormente, o mercado europeu registou uma progressão quase nula do consumo, nos últimos anos. A este factor devemos aliar o aumento significativo das importações, como elementos caracterizadores da conjuntura vivida na Europa. Desta forma, impõe-se encontrar novos mercados para os produtos europeus e muito especialmente para os portugueses que tradicionalmente têm tido na Europa o seu mercado mais importante.

f) Adopção de medidas destinadas a apoiar as empresas do sector no seu esforço de adaptação às exigências em matéria ambiental.

Enquanto as empresas europeias, nomeadamente as portuguesas, têm que cumprir uma legislação fortemente restritiva, destinada a proteger as componentes ambientais, os nossos principais concorrentes não suportam os custos inerentes à adopção de processos de fabrico ecologicamente neutros, criando-se assim uma situação de dumping ecológico.

g) Harmonização progressiva das disposições legais internas dos Estados-Membros da União Europeia.

Na prática, a existência de diferentes prescrições legais de Estado-Membro para Estado-Membro propicia a criação de entraves à livre circulação dos produtos e tem-se verificado, por parte de alguns Estados, a utilização do direito como «arma» proteccionista.

h) Harmonização progressiva das políticas macroeconómicas dos Estados-Membros da União Europeia.

Ainda recentemente, as empresas portuguesas foram fortemente penalizadas pelas desvalorizações competitivas da lira e da peseta.

PROGRESSO SOCIAL

«Vector Prioritário do Desenvolvimento Sustentado da Bacia do Ave»

Manuel Freitas

Exm^os Senhores
Caros Amigos

Começo por agradecer aos organizadores deste Congresso, «A Indústria Têxtil no Vale do Ave: História, Desafios e Perspectivas» o honroso convite que nos fizeram para participarmos neste Fórum, que consideramos de grande importancia para o presente e o futuro da Indústria Têxtil e Vestuário (I.T.V.) e da Região da Bacia do Ave. Falo em Região da Bacia do Ave, porque sempre defendemos a necessidade que a abordagem dos problemas que a afectam e as medidas de apoio respectivas fossem dirigidas globalmente aos oito concelhos.

A Bacia do Ave, importante região do nosso País, onde muito se trabalha, mas onde muitos hoje sofrem os efeitos de atrasos no desenvolvimento e de políticas erradas, não é alheia às profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais, ocorridas nos últimos anos ao nível mundial.

Acentuou-se o processo de globalização da economia, num contexto de rápida evolução tecnológica, o que está a ter profundos efeitos no emprego e nas condições de trabalho em todo o mundo. A maior internacionalização das economias e o poder crescente das empresas multinacionais, deram um impeto aos processos de desregulamentação, de liberalização e de privatização que, pelo seu lado, estão a alterar as condições sociais e o funcionamento das economias.

O poder do capital financeiro, acentuado pela liberalização dos movimentos de capitais, que reduziram as possibilidades de intervenção económica e financeira dos Estados, está a criar distorções na economia real, com o desmantelamento do sector produtivo e o agravamento do desemprego. Proliferam as aplicações financeiras efectuadas pelas grandes instituições multinacionais, gestoras de fundos, sem limites nem controlo, isentas de taxas e de impostos, após um processo de «dumping» fiscal a que todos os países foram sendo progressivamente sujeitos.

A economia mundial encontra-se, assim, cada vez mais, dependente dos interesses e

estratégias das sociedades transnacionais, assistindo-se à crescente concentração e centralização. Prossegue o agravamento dos desequilíbrios a nível mundial (os 17,4% da população mundial dos países desenvolvidos concentram mais de 81,1% do rendimento mundial, enquanto os 20% mais pobres têm 1,4%!) e o agravamento dos desequilíbrios económicos e sociais dentro dos países.

As alterações que se processam através da globalização económica, bem como da evolução tecnológica, estão a ter mais efeitos e mais rapidamente do que se poderia pensar e estão a afectar cada vez mais empresas e postos de trabalho. É nesse contexto que se verifica a deslocalização das actividades produtivas de umas regiões para outras com vista a explorar a mão-de-obra barata sem o respeito pelos direitos humanos e as normas da OIT.

A revolução científica e técnica – que teve e continua a ter impactos novos sobre toda a organização e comportamento das sociedades – em vez de ser posta ao serviço do ser humano, é utilizada para aumentar a dependência dos países menos desenvolvidos, para alterar a organização de trabalho, a natureza dos produtos e as próprias relações humanas.

Estamos numa época em que a pressão para o retrocesso social é enorme, ao mesmo tempo que a riqueza gerada nunca foi tão elevada.

No mundo actual, a subordinação da economia real à especulação financeira e a subordinação dos aspectos sociais aos condicionalismos orçamentais (marca tão visível na construção europeia), têm levado muitos a considerar que nada se pode fazer para inverter estas tendências e que os trabalhadores e os Sindicatos deveriam curvar-se perante esta realidade, conduta que pretendem apresentar como realista e moderna.

Consideram também que a sociedade no plano global caminha no sentido da internacionalização, da interdependência, da globalização e da mundialização mas dizem que, ao nível de base e, em particular, no plano das relações do trabalho, as soluções têm de ser individuais.

A experiência mostra a flagrante incapacidade e falta de interesse, quer do poder político quer dos grandes grupos multinacionais, para dinamizar a economia real, com base nas capacidades humanas, técnicas, económicas e financeiras de que a sociedade dispõe.

A «exclusão social», é um conceito que hoje serve para retratar, quer as extensas camadas da população que habitam os países ricos e que vivem em péssimas condições sociais, quer a quase totalidade dos povos dos países não industrializados.

No final do século XX, quando a humanidade dispõe de recursos e condições que lhe permitem assegurar uma vida digna, é inaceitável que ainda se mantenham milhões de seres humanos a viver abaixo do limiar da pobreza e a morrer à fome.

Assiste-se hoje à exclusão ou marginalização social, no sentido em que estes seres humanos são colocados à margem do mundo e vivem meramente para a sobrevivência. Não fazem, sequer, parte do processo produtivo. Alguns forçam a entrada na sociedade através da emigração.

Nós recusamos a tese hoje muito em voga e vendida como solução ideal pelos ideólogos liberais, de que devem ser os trabalhadores com emprego, a suportar as soluções

e a darem solidariedade aos desempregados e excluídos. É o mesmo que dizer aos pobres que deiam solidariedade aos famintos.

Para nós só com uma distribuição mais equitativa da riqueza produzida e verdadeiras políticas de desenvolvimento é possível por fim ao desemprego e à exclusão social. É com este posicionamento que a nossa organização sindical tem intervindo na Bacia do Ave.

Não é uma intervenção fácil, muitas vezes não somos entendidos, mas neste mundo em mutação permanente parece-nos este o caminho mais adequado.

Sem pretender massacrar este Congresso com números e estatísticas, somos de opinião que alguns dados devem ser analisados, procurando fazer uma radiografia o mais rigorosa possível e, partindo da realidade existente, colocar à vossa reflexão e crítica algumas ideias perfilhadas pela minha organização ao desenvolvimento sustentado da Bacia do Ave.

1. O Emprego na Região e sua Evolução

Em 1985, a Indústria Transformadora empregava 126.079 trabalhadores; em 1991, 147.645 e em 1993, 130.449.

As Indústrias Têxteis, Vestuário e Calçado (I.T.V.C.) nos mesmos períodos empregavam 100.723 trabalhadores em 1990; 119.484 em 1991 e 104.536 em 1993.

Quadro I

Evolução do emprego nos sectores T.V.C. em comparação com o da indústria transformadora e restantes setores de actividade

Ano	1985		1990	1991		1993	
CAE/Conselho	32	3	32	32	3	32	3
Vieira do Minho	0	76	111	22	82	8	68
Póvoa de Lanhoso	682	949	955	1 341	1 554	1 296	1 564
Fafe	4 974	5 574	6 302	6 966	7 709	6 000	6 792
Guimarães	38 639	44 094	46 634	44 885	50 748	39 955	43 392
V.N. Famalicão	24 026	31 520	29 269	28 719	36 555	24 890	33 306
S.Tirso	22 900	28 496	27 250	25 140	31 458	20 384	26 667
Póvoa de Varzim	3 555	4 782	5 573	5 430	7 171	4 712	6 032
Vila do Conde	5 947	10 558	8 278	6 981	12 358	7 290	12 528
Totais	100 723	126 079	124 374	119 484	147 645	104 535	130 449

32 – Indústria Têxtil, Vestuário, Calçado e Curtumes

3 – Indústrias Transformadoras

Fontes: FESETE; dados do M.E.S.S.

Não estando ainda disponíveis dados estatísticos que nos permitam prolongar a análise até 1995, os dados e as informações por nós recolhidas indicam-nos que as alterações verificadas foram apenas influenciadas pelo desemprego, que não deixou de crescer até ao momento. De registar que entre 1991 e 1993 as I.T.V.C. perderam 14.949 empregos líquidos, na região.

Quadro II
Peso relativo do Emprego nas I.T.V.C. por Concelho
em relação à Indústria Transformadora

Concelho/Ano	1985	1991	1993
Fafe	89,2	90,0	88,3
Vila do Conde	56,2	56,5	57,5
Póvoa do Varzim	74,8	75,7	78,1
Vieira do Minho	0	26,8	11,7
Póvoa de Lanhoso	52,7	85,8	65,9
Santo Tirso	80,4	80,3	76,4
V. N. Famalicão	76,2	78,5	74,7
Guimarães	87,6	88,8	92,0
Média	79,7	81,0	80,1

Como se pode verificar as I.T.V.C. continuam a ter um peso na ordem dos 80% na I.T.. Analisando por concelho, constata-se que alguns aumentaram até a sua especialização. Apesar de muito se ter falado na necessidade de diversificação produtiva, a realidade demonstra o muito que ainda há a fazer.

No que respeita ao desemprego na região podemos afirmar que continua a aumentar sendo os principais atingidos, as mulheres, nos diversos níveis etários.

Um estudo recente do Observatório do Emprego e Formação Profissional aos concelhos de Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão, confirma a nossa análise e diz-nos que uma parte significativa do desemprego é já de longa duração, meio caminho para a exclusão social.

As actuais medidas de protecção social, para além de não cobrirem espacialmente toda a região exigem novas alterações, para responderem às carências existentes.

2. Mutações na Estrutura Empresarial

Entre 1991 e 1993, em todos os concelhos cresceram as P.M.E.S. com menos de 49 trabalhadores. Em contrapartida diminuíram em quase todos os concelhos as empresas dos escalões superiores a 100 trabalhadores. As empresas com mais de 500 trabalhadores reduziram de 48 para 27. Uma análise qualitativa a esta evolução da fileira

produtiva diz-nos que perdemos peso e importância na área do capital intensivo (fiações, tecelagens, acabamento, de fios e telas) e se acentuou o crescimento do trabalho intensivo (confeções) de fraco valor acrescentado e alimentado por uma subcontratação muitas vezes assente em regras e relações injustas.

Esta situação, que atingiu centenas de empresas das I.T.V.C. da Bacia do Ave, tem responsáveis:

Primeiro – as políticas macro-económicas dos Governos anteriores do PSD/Cavaco Silva, assentes em elevadas taxas de juro, sobrevalorização do escudo, elevados custos de energia, a que se juntou em alguns casos a falta de critérios de rigor e controlo nos fundos aprovados. Algumas empresas que investiram não conseguiram pagar os encargos criados. Estas não morreram da doença mas acabaram de morrer da cura.

Segundo – Não podemos deixar de responsabilizar os industriais que mantiveram e mantêm a ideia de que para se ser competitivo basta manter a mão-de-obra barata, quando o aumento da competitividade se consegue com melhor gestão e organização, trabalhadores qualificados e motivados, superior qualidade dos produtos, entrada nas redes da comercialização e distribuição e investir atempadamente, entre outros factores.

Penso que todos estamos de acordo, de que se a competitividade das empresas da região se alcançasse pela matriz de baixos salários, hoje não estaríamos aqui a falar da crise dum vasto conjunto de empresas mas duma região pujante, desenvolvida e das mais competitivas da União Europeia.

Se algo há que industriais e Governo não podem acusar os trabalhadores, é de que estes não trabalham e não se empenham nos momentos mais difíceis, aceitando tantas vezes trabalhar sem receber o seu já magro salário, quando os responsáveis das empresas não fizeram tudo para evitar situações de rotura.

Terceiro – As políticas ultra-liberais da Comissão Europeia começam a fazer-se sentir no nosso tecido produtivo. À revelia dos Acordos do GATT que deram origem à Organização Mundial do Comércio (OMC), a Comissão Europeia tem vindo a realizar acordos com países terceiros sem o respeito pelo período de transição de 10 anos, o princípio da reciprocidade na abertura dos mercados e o combate às diversas formas de dumping (económico, social e ambiental).

São exemplos, o recente Acordo Aduaneiro com a Turquia, e os acordos com a Índia e o Paquistão.

3. Expectativas não cumpridas

Entretanto, as justas expectativas criadas pelos trabalhadores em relação ao actual Governo estão a ser adiadas umas e outras defraudadas.

Portugal arrisca-se a ser o único País da União Europeia onde a negociação colectiva passa a ser imposta por Lei, como resulta da intenção do Governo em legislar sobre a flexibilização dos horários de trabalho e da polivalência de funções e ao pretender

pôr em causa os contratos negociados livremente pelos Sindicatos e Associações Patronais depois de 1990, violando as Normas da O.I.T..

Um Governo que faz da negociação e concertação o seu discurso preferido, pretende na prática retirar o direito à livre negociação sectorial e de empresa, das necessárias alterações e inovações à regulamentação colectiva, face às mutações em curso, no domínio das tecnologias, da produção e do comércio. Sempre mostramos disponibilidades para negociar matérias novas e necessárias ao funcionamento das empresas. Mas não nos peçam que aceitemos transformar as horas extraordinárias em horas singelas, dando continuidade à matriz dos baixos salários praticados em Portugal, nem que os trabalhadores, a maioria dos quais são mulheres, ainda com duplo trabalho na empresa e em casa, fiquem ao dispor das empresas 50 horas por semana, ganhando salários líquidos de 55.000\$00 e 58.000\$00 por mês. O retrocesso social não é o caminho para uma sociedade mais desenvolvida e mais justa.

4. Economia Informal e Consequências Sociais

A Bacia do Ave tem historicamente uma dinâmica de crescimento assente em sacrifícios dos seus trabalhadores, os quais, apesar dos seus baixos salários, os elevados horários de trabalho, o seu difícil acesso à educação e a formação, a falta de estruturas de apoio às crianças, têm demonstrado uma capacidade de adaptação notável às exigências que lhes são formuladas, inclusivé quando lhes exigem, para ter emprego, que o mesmo seja clandestino, ou seja, trabalhe na economia subterrânea que nesta região tem um peso significativo com as consequências negativas que daí resultam, nomeadamente a concorrência desleal e a fuga aos impostos.

A solução para este tipo de problemas não está em meras acções mediáticas, que nos informam de que foram apanhados a trabalhar na economia subterrânea (x) trabalhadores com baixa médica ou (y) que recebiam o subsídio de desemprego ou ainda algumas crianças que coziavam sapatos em casa, quando deviam estar na escola ou a brincar.

As soluções encontram-se no ataque às causas, e essas são as baixas condições de vida e de trabalho, os baixos salários praticados, a pressão brutal da sociedade consumista que obriga a comprar sem ter meios, os empresários sem regras e escrúpulos que vivem apenas para a ostentação e o esbanjamento imediato, e que hoje, os jornais da Galiza, região nossa vizinha, já não escondem os extravagantes fins-de-semana dos ditos «empresários» portugueses.

É tempo de acabar com a velha e falsa ideia, que os trabalhadores pagam caro, de que as I.T.V.C. são indústrias pobres e dos países em vias de desenvolvimento. As I.T.V.C. são indústrias rentáveis, com elevado valor acrescentado, vitais para o ser humano. Somos indústrias com futuro em tempo de paz.

5. O Ensino e a Formação, Eixo Estratégico do Desenvolvimento

Sendo o Ensino e a Formação um dos eixos estratégicos de qualquer política de desenvolvimento, interessa analisar a situação actual da região e a partir daí propor medidas.

Dados do Observatório de Emprego e Formação Profissional relativos a 1992, dizem-nos que mais de 85% dos trabalhadores tinham habilitações literárias apenas até ao ensino básico.

Entre 1988 e 1992 tinha havido uma ligeira subida nos que tinham o ensino secundário. Com o ensino médio e secundário, não chegam a 2%.

No que respeita aos níveis de qualificação, em 1992 mais de 45% dos trabalhadores eram não qualificados, praticantes e aprendizes. A manutenção deste perfil dos recursos humanos, no que respeita ao grau de escolaridade e à qualificação, está ligado ao modelo de gestão da maioria das empresas e é hoje um travão aos ganhos de competitividade e à reconversão dos trabalhadores desempregados.

Ainda aqui queria destacar mais um dado para a vossa análise e reflexão. O número reduzido de mulheres, nos quadros médios, superiores e altamente qualificados. À medida que nos deslocamos para níveis superiores de qualificação, menor é o número de mulheres que aí exercem a sua actividade. Esta situação é uma realidade preocupante que exige alterações quantitativas e qualitativas. Espero que não nos venham dizer que os trabalhadores não querem ter mais informação e conhecimento.

A minha Federação tem uma experiência positiva na formação contínua nesta região. Temos mulheres e homens que após uma extenuante jornada de trabalho se disponibilizam para frequentar acções de formação, durante várias horas à noite e com elevados índices de aproveitamento. Lamentavelmente ainda não conseguimos convencer as associações patronais da importância deste vector e até hoje não foi possível negociar em sede de negociação colectiva o direito dos trabalhadores à formação contínua e correspondente aumento da qualificação. Vamos continuar a insistir, convencidos da razão que nos assiste e da sua importância para o presente e o futuro.

6. Propostas para um Desenvolvimento Sustentado da Bacia do Ave

Exm^{os} Senhores,
Caros Amigos,

Chegado ao fim duma Operação Integrada que apenas envolve quatro concelhos dos oito da Bacia do Ave, alguns passos foram dados para retirar a região de alguns dos seus estrangulamentos. Mas muito ainda há a fazer e as suas forças vivas não podem adormecer, na exigência de novos apoios e medidas e na candidatura a novos projectos de carácter nacional ou Europeu.

Sem pretendermos ser exaustivos nos nossos contributos passo a enunciar algumas das nossas propostas com vista a um desenvolvimento sustentado da região.

6.1. Política Industrial Europeia

- A União Europeia deverá pôr fim às suas políticas liberais e ter uma política industrial para as I.T.V.C., nas suas diversas vertentes:
- Do emprego global e das regiões

- Apoios financeiros às regiões mais desfavorecidas
- Comercial Intra-Estados Membros e com os países terceiros.

Visando evitar a destruição de centenas e milhares de postos de trabalho e tendo em conta as dependências das economias das regiões, sobretudo Portugal, as medidas passam nomeadamente por:

- Reforço dos programas de formação e reconversão profissional, destinados aos trabalhadores no activo e àqueles que estão em vias de perder, ou perderam, o seu emprego;
- Criação de programas destinados a apoiar as empresas, auxiliando a sua adaptação às exigências no domínio do Ambiente, apoiando a Investigação e o Desenvolvimento de novas tecnologias, promovendo a Imagem e os Produtos Europeus nos mercados externos;
- Reforço do combate à fraude, aos desvios de tráfico, ao dumping em todas as suas vertentes económica, social e ambiental e demais práticas distorsivas da concorrência com a implementação de medidas concretas destinadas a punir os prevaricadores que possam ser accionadas de forma rápida e eficaz;
- Respeito pelo princípio da reciprocidade em todas as negociações bilaterais com os países terceiros.
- Respeito pelo acordo realizado no âmbito do GATT cumprindo-se no mínimo o período transitório de 10 anos, sem contudo deixar de evocar as cláusulas de salvaguarda e o interesse vital, quando se coloquem ameaças ou decisões que ponham em causa a nossa fileira produtiva.
- A União Europeia não pode deixar de impor a negociação de cláusulas de combate às diversas formas de «dumping», para que se evite a concorrência «selvagem» a que hoje estamos a assistir.

6.2. Plano de Reestruturação e Modernização das I.T.V.

O novo quadro comunitário de apoio (QCA/PEDIP II) não pode enveredar pelos mesmos erros do anterior. A IMIT – Iniciativa de Modernização da Indústria Têxtil, apesar de ser um instrumento que, pelo contexto político, económico e comercial em que foi aprovado, fica aquém do necessário para a modernização do sector, deverá ser aplicado com critérios objectivos e transparentes, o que implica uma correcta e controlada distribuição dos apoios ao nível das empresas e ao nível das regiões.

Impõe-se uma inversão na actual política. Exige-se que o Plano de Reestruturação e Modernização global para as I.T.V. obedeçam a novos critérios, metas e objectivos, nomeadamente, mais rigor, controlo e transparência na sua aplicação.

É preciso a urgente responsabilização dos empresários e empenhamento do Governo no encontro de soluções com vista à viabilização das empresas que enfrentam graves dificuldades económico-financeiras, o que implica um melhor conhecimento das situa-

ções, podendo traduzir-se de grande interesse uma maior (mas melhor) intervenção das Sociedades de Capital de Risco, com um acompanhamento eficaz, quer das instâncias oficiais, quer dos trabalhadores e dos seus sindicatos.

Assumir o Ensino e a Formação Profissional (de qualificação e reciclagem) como um vector estratégico de desenvolvimento e da melhoria da produtividade, da qualidade, do design e da comercialização, adaptado às necessidades dos sectores e das regiões.

O Governo e demais órgãos de Soberania têm a obrigação de tomar as medidas políticas necessárias de modo a impedir os actos anti-económicos, anti-sociais e ilegais do patronato, justificando-se também uma verificação/auditoria rigorosa às empresas que beneficiaram ou venham a beneficiar de apoios financeiros e outros benefícios, visando punir criminalmente os praticantes de actos não consentâneos com a legalidade e de desvios dos objectivos para os quais foram apoiados.

Alterações profundas no comportamento do patronato, com a adopção de uma nova cultura empresarial, onde a empresa desempenhe um papel na sociedade em geral e local e sobretudo no respeito pelos direitos sociais e sindicais dos trabalhadores.

As linhas estratégicas da reestruturação e da modernização dos sectores devem assentar fundamentalmente:

- Na defesa da capacidade produtiva e da sua cadeia vertical de produção;
- No aumento da produtividade e qualidade da produção e da sua competitividade em preço e qualidade, através do melhoramento técnico e tecnológico das empresas, da sua qualificação e formação profissional, desenvolvimento da investigação científica, da inovação, do design e qualidade;
- Na definição de medidas económicas e financeiras que combatam a descapitalização e as transferências de valor acrescentado para outras áreas ou sectores, promovendo e favorecendo o investimento e o auto-investimento no sector;
- No plano comercial, o apoio à valorização dos TVC portugueses, a diversificação das exportações e a procura de novos mercados, a criação de cadeias de comercialização, com extensão internacional; criação de instrumentos e formas de combate às práticas de «dumping», à economia subterrânea e à fraude.
- Direito de participação das organizações sindicais. A reestruturação e modernização das empresas e dos sectores exige a participação activa e interveniente das organizações sindicais, designadamente nas seguintes áreas: definição das necessidades do sector; definição das condições gerais de acesso aos apoios de reestruturação; conhecimento dos destinatários desses apoios, respectivos montantes e sua real aplicação; participação nos organismos de investigação e de formação profissional e a atribuição de um papel activo neste âmbito; acesso à informação e às estatísticas sobre os sectores.
- Garantia de uma política salarial, horários de trabalho e de qualificação de mão-de-obra que inverta a actual matriz tendencial de mão-de-obra barata e desqualificada;
- Em caso de desemprego ou situação de salários em atraso, a necessidade de melho-

ria e alargamento das medidas de protecção social, o que passa por um aperfeiçoamento das que existem, a criação de outras e o alargamento aos trabalhadores de todos os concelhos da Bacia do Ave.

- Criação de Operações Integradas, de Desenvolvimento (O. I. D.'s) nas regiões/zonas de concentração T.V.C..
- Exigir a diminuição das taxas de juro e dos custos de energia;
- Dotação de meios financeiros necessários e auto-investimento das empresas visando a reestruturação e modernização das empresas e sectores com o objectivo da diversificação do tecido produtivo;
- Controlo rigoroso das medidas e dos fundos utilizados, o que passa pela criação de Comissões de Acompanhamento, a quem deve ser atribuído um papel activo.

6.3. Medidas de Protecção Social e Combate à Exclusão Social

Rejeitando quaisquer medidas que visem eternizar a exclusão social e assim manter o afastamento de trabalhadores do direito do acesso ao mercado de trabalho, torna-se de qualquer modo imperioso a tomada urgente de medidas sociais, extensivas a todos os sectores T.V.C., designadamente:

- Alargamento do período de concessão do subsídio de desemprego independentemente da idade do trabalhador;
- Alteração ao regime de pré-reforma, quer quanto à necessidade da sua antecipação, quer aos valores a serem suportados pelas empresas;
- Criação de um subsídio de renda de casa nunca inferior a 50% do seu custo enquanto o trabalhador se mantiver na situação de desemprego, e/ou quando tenha que mudar de área geográfica quando consiga emprego;
- Elevação do abono de família para 7 500\$00 por cada filho quando um dos cônjuges esteja na situação do desemprego e para o dobro quando estiverem os dois desempregados, com o crescimento anual na percentagem do S.M.N.;
- Atribuição de subsídios especiais aos filhos de trabalhadores que estudam e a trabalhadores estudantes, os quais demonstrem carências para a continuação dos estudos;
- Aos trabalhadores com 45 anos ou mais será prolongado o subsídio de desemprego enquanto a situação se mantiver;
- Aos trabalhadores desempregados com idade inferior a 45 anos, que tenham esgotado as prestações do desemprego, quando confirmada a sua insuficiência económica resultante da manutenção da situação de desemprego, dever ser atribuído um subsídio de sobrevivência, o qual deve garantir no mínimo um rendimento nunca inferior ao Subsídio Social de Desemprego;
- Aos trabalhadores desempregados com 45 ou mais anos, será atribuída uma compensação salarial quando ingresse noutra profissão, devendo esta compensação ser

atribuída no momento em que celebre o novo contrato de trabalho e tenha uma duração igual ao período que terá direito ao subsídio de desemprego ou atinja um salário igual ao que receberia no sector de origem;

- Criação de incentivos ao Emprego: aos trabalhadores desempregados deverá ser atribuído um subsídio igual ao subsídio de desemprego que terá direito, quando este consiga por sua iniciativa colocação no novo emprego, ou o dobro quando se trate da criação do seu próprio emprego, bem como a concessão de um crédito à taxa de juro 0% amortizável num prazo de acordo com um plano a estabelecer entre o trabalhador e a entidade financiadora, tendo presente o projecto e os seus objectivos e metas a atingir;
- Apoio social imediato aos trabalhadores na situação de salários em atraso, desburocratizando o processo de requerimento por forma a que os trabalhadores não esperem mais do que 10 dias após a data em que deverá receber o seu vencimento;
- O subsídio por salários em atraso não pode de forma alguma substituir as prestações de desemprego. Os trabalhadores nesta situação mantêm o vínculo laboral, como tal a empresa deverá ficar devedora à Segurança Social, mantendo assim o trabalhador o direito às prestações de desemprego a que tem direito no momento do «corte» do vínculo laboral;
- Redução dos prazos para garantia das prestações de desemprego, para os seguintes períodos:
 - No caso do Subsídio de Desemprego, 270 dias de trabalho por conta de outrem, com o correspondente registo de remunerações num período de 12 meses imediatamente anterior à data do desemprego;
 - No caso do Subsídio Social de Desemprego, 120 dias de trabalho por conta de outrem, com o correspondente registo de remunerações num período de 9 meses imediatamente anterior à data do desemprego;
 - No caso de trabalhadores que não estejam nas situações anteriores mas que tenham ingressado numa empresa que deixou de pagar salários, encerrou ou procedeu a despedimento por motivos não imputáveis ao trabalhador, estes terão direito às prestações de desemprego independentemente do número de dias de trabalho por conta de outrem;
 - A instituição de mecanismos que garantam o pagamento de uma compensação salarial correspondente à diferença entre os respectivos montantes aos trabalhadores desempregados que celebrem contratos de trabalho a tempo inteiro pela qual seja devida uma remuneração base inferior à recebida no posto de trabalho que ocupava antes da situação de desemprego involuntário.
- Antecipação da idade de Reforma:
 - A concessão da pensão de reforma pela percentagem mais elevada aos trabalhadores desempregados que o solicitem e que tenham 30 anos de contribuições para a Segurança Social;

- Retoma da idade da Reforma das mulheres para os 62 anos.
- Prioridade aos desempregados na frequência de acções de formação profissional, o que passa por alterações nalguns dos critérios de recrutamento (designadamente no problema da escolaridade obrigatória) e implica de imediato o estudo das necessidades de formação em cada uma das regiões mais afectadas, adaptado às qualidades e capacidades dos trabalhadores vítimas de desemprego.

6.4. *Garantias dos Direitos dos Trabalhadores nas Empresas em dificuldades, paralisadas, encerradas e/ou com processos de recuperação*

Urgente empenhamento dos empresários e do Governo no encontro de soluções com vista à viabilização das empresas que enfrentam graves dificuldades económico-financeiras e a retoma da actividade laboral daquelas que se encontram paralisadas ou com a laboração reduzida, o que passa pelo auto-investimento do patronato, utilizando se necessário bens imobiliários afectos e não afectos à exploração da empresa.

Face ao grande património das empresas encerradas e paralisadas e com processos ao abrigo do Dec.-Lei 177/86 e 132/9, torna-se absolutamente necessário que o governo crie condições legais, objectivando-se a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores em matéria de salários em dívida e indemnizações, o que passa pela alteração ao código de falências, nomeadamente:

- Que sejam os trabalhadores os primeiros credores em caso de falência da empresa, quer para efeitos de pagamento de salários, quer para liquidação da indemnização.
- Pela criação de mecanismos que responsabilizem o património pessoal dos empresários.
- Pela participação dos trabalhadores, através dos seus Sindicatos, nas Comissões de Credores, tenham ou não créditos sobre a empresa, de modo a contribuir para que o processo não venha a sofrer «desvios», prática frequente.
- Garantir que o Gestor Judicial reúna as condições para apresentar um plano credível de recuperação económica e financeira, o qual não passa apenas por o único cenário normalmente apontado e aceite de «saneamento financeiro», transformando-se num «balão de oxigénio» que estoirá após esgotados os períodos de carência.
- Em caso da aprovação do plano de recuperação, obrigatoriedade sempre da criação de uma comissão de controlo de gestão, sendo obrigatória a informação trimestral aos trabalhadores e seus representantes sindicais sobre a evolução da situação e das metas e objectivos nos planos económico-financeiros, da produção e comercialização.

Medidas de combate à especulação imobiliária, o que passa no imediato um levantamento das empresas paralisadas, encerradas ou declaradas falidas, bem como daquelas que indiciam problemas de modo a evitar que «altos negócios» sejam efectuados sem que os direitos dos trabalhadores estejam garantidos.

O não licenciamento da utilização de terrenos e edifícios para outros fins que não os fabris pode ser uma forma de travar este autêntico «regabofe» do patronato que deixa milhares de trabalhadores na miséria, enquanto que arrecada milhões nestes negócios.

Meus Senhores,
Caros Amigos,

A Bacia do Ave merece uma atenção e tratamento diferente dos órgãos do poder. Da nossa parte tudo faremos para que a região se liberte dos actuais estrangulamentos e caminhe para um desenvolvimento harmonioso e equilibrado. A nossa experiência diz-nos que não basta termos propostas. É necessário que sejam realistas e exequíveis. É necessário que em torno delas se mobilizem os interessados e, nomeadamente, os trabalhadores.

É nesse sentido que vamos continuar. Muito obrigado.

OS TÊXTEIS NA EUROPA – PANORAMA DA FIAÇÃO

Fabio Lancerotto

Debruçarmo-nos sobre um futuro ainda distante pode ser extremamente útil, embora seja difícil formular previsões fidedignas.

Contudo estas considerações permitirão a longo prazo superar a situação económica actual; as tendências momentâneas poderão ser em parte neutralizadas, não esquecendo porém os problemas do presente cuja resolução permitirá enfrentar os do futuro.

A crise tem sido mais grave nos últimos anos que anteriormente.

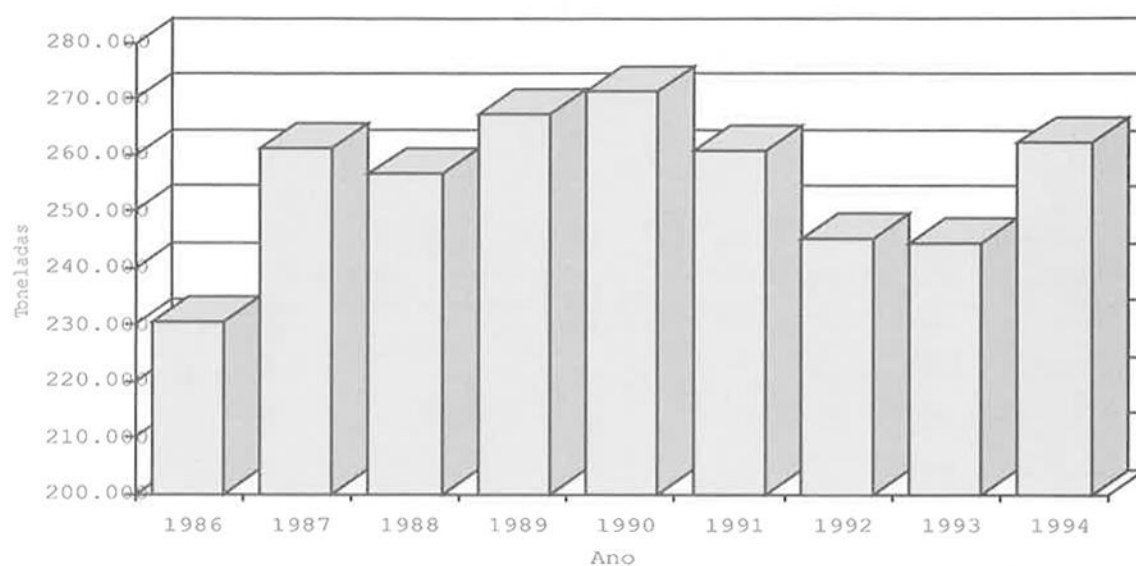
Com efeito, as crises do passado eram relativamente breves e do tipo conjuntural. Verificaram-se, pelo menos a partir dos anos 50, momentos de sobreprodução que estiveram na origem da situação vivida actualmente.

Certamente desapareceram nomes importantes, mas nasceram novos empreendedores mais jovens; tanto que, mesmo variando o número de fusos e de pessoas empregadas, os volumes de produção permaneceram bastante constantes (fig. 1a – 1b – 1c – em Itália).

No entanto, nestes últimos anos a crise que se está a viver nos vários países com alto custo de mão de obra é do tipo estrutural e não atinge somente os têxteis, mas também outros sectores da indústria (fig. 2).

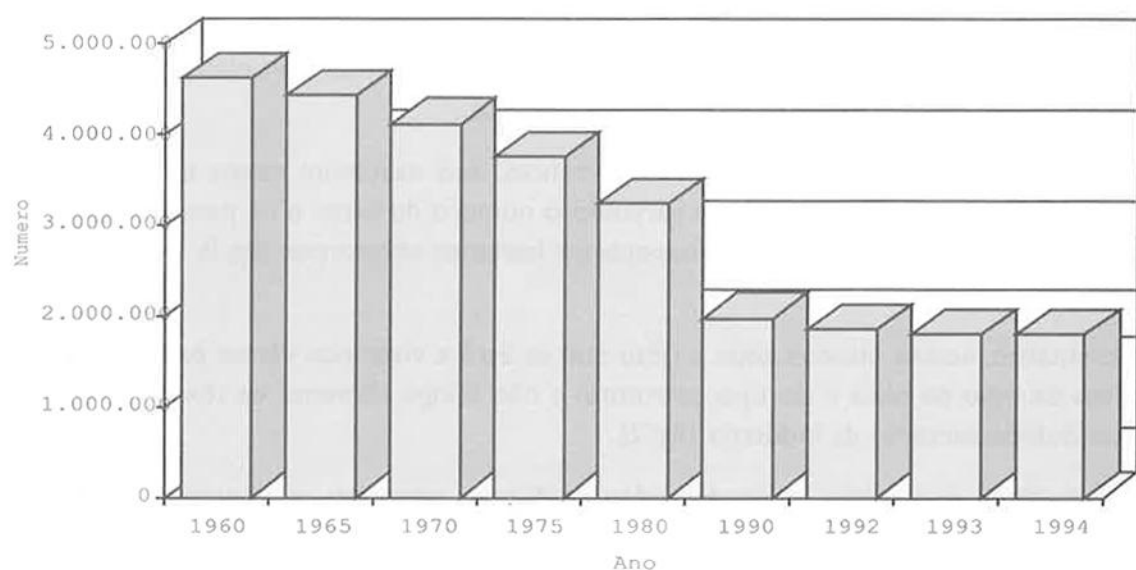
A actividade dos países industrializados ocidentais encontra-se gravemente prejudicada e como consequência a produção está a transferir-se em massa para os países não-europeus e para o Extremo-Oriente.

**Fig. 1a – Produção de Fios de algodão
(Itália)**



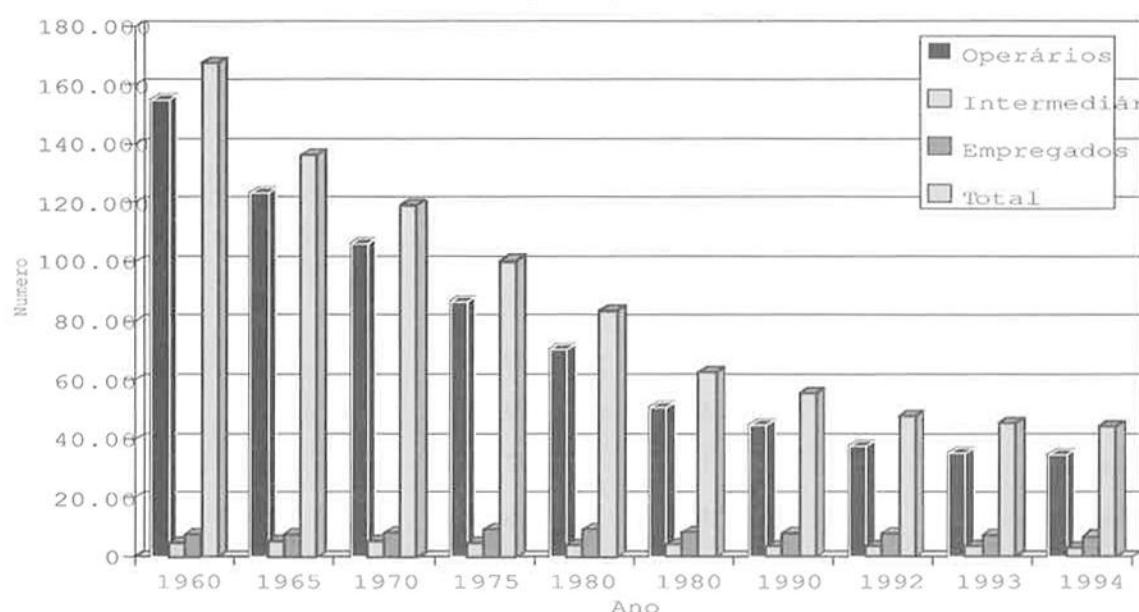
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Ton	230.323	256.613	256.613	267.133	271.430	260.810	245.055	244.190	262.
Ne	24,5	25,0	25,8	26,2	27,1	26,5	25	24,3	21,9
Tex	24,1	23,6	22,9	22,5	21,8	22,3	23,6	24,3	26,9

**Fig. 1b – Estabilidade do número de contínuos (1960-1994)
(Itália)**



	1960	1965	1970	1975	1980	1990	1992	1993	1994
Fusos	4.620.998	4.431.705	4.121.113	3.747.770	3.231.943	1.980.100	1.858.650	1.809.080	1.802.780

Fig. 1c – Funcionários (1960-1994)
Fiação e Tecelagem
(Itália)



Ano	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1992	1993	1994
Operá.	154.830	123.445	105.755	86.390	70.171	50.275	44.330	37.135	35.215	34.350
Interm.	4.803	5.158	5.209	4.505	4.051	3.988	3.320	3.230	3.100	2.980
Total	7.799	7.662	8.272	9.392	9.183	8.021	7.450	7.285	6.970	6.620
	167.432	136.265	119.236	100.287	83.405	62.284	55.100	74.650	45.285	43.930

Nesta situação estão envolvidos quer os produtores, quer os utilizadores de maquinaria.

Os empresários viram-se obrigados a meditar sobre as consequências que tudo isto terá para a actividade na Europa.

Que estratégias possíveis existirão para nós europeus?

A colocar-se esta questão a resposta cabe não só aos fiandeiros e tecelões, mas também em parte aos responsáveis pelas tinturarias e acabamentos, dado que a parte final da fiação têxtil tem possibilidade de conferir ao produto um valor criativo, seja no que se refere ao desenho, seja ao acabamento têxtil, que faz prever uma maior resistência deste sector aos ataques dos países com baixo custo de mão-de-obra.

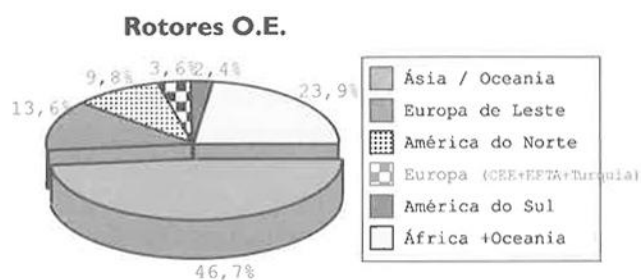
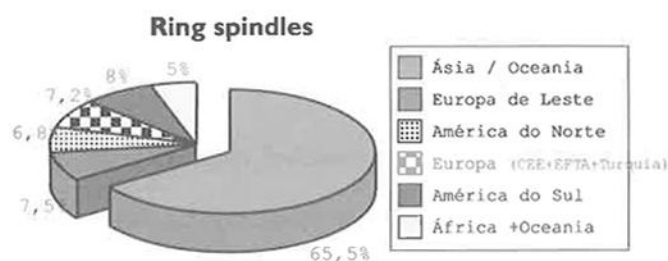
A) Influência da evolução das máquinas

Em consequência da deslocação do mercado (fig. 3) para os países com baixo custo de mão-de-obra, torna-se cada vez mais persistente a procura de maquinaria simples a preços económicos.

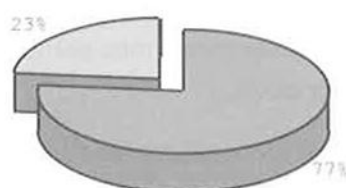
Fig. 2 – Custo do trabalho na indústria têxtil (1994)

País	Índice	Custo	Variação %	
	USA = 100	USD	1994/1993	1994/1984
Japão	215	25,62	8,3	276,5
Suiça	214	25,46	14,0	158,1
Bélgica	195	23,15	8,6	141,2
Dinamarca	185	22,04	3,4	167,5
Holanda	183	21,77	4,6	112,4
Alemanha Oriental	175	20,77	1,3	171,9
Áustria	164	19,47	3,5	178,3
Suécia	146	17,34	0,7	117,7
Alemanha	137	16,26	14,8	nd
Itália	132	15,65	-3,4	155,2
França	129	15,35	-6,9	171,7
Canadá	114	13,60	1,2	58,1
Finlândia	110	13,07	10,2	96,0
Austrália	104	12,42	14,6	38,0
USA	100	11,89	2,4	35,0
Irlanda	93	11,07	20,6	118,5
Grã-Bretanha	90	10,74	4,6	88,1
Espanha	72	8,55	8,1	104,3
Grécia	65	7,68	7,7	65,8
Taiwan	50	5,98	3,8	231,3
Hong Kong	37	4,40	14,2	133,5
Portugal	34	4,02	8,7	188,9
Coreia do Sul	34	4,00	9,3	93,6
Turquia	19	2,31	47,9	272,8
Marrocos	13	1,54	4,5	nd
Índia	5	0,58	2,9	-20,6
China	4	0,48	32,4	39,4
Indonésia.	4	0,46	8,0	93,5
Vietname	3	0 39	4,9	nd

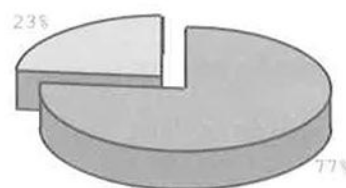
Fig. 3 – Fusos de algodão instalados no mundo (1991)



Fusos instalados nos países com alto custo de mão-de-obra



Rotores O.E. instalados nos países com alto custo de mão-de-obra



Fornecimentos 1994

	Ring	%	O.E.	%
Ásia-Oceania	2.581.168	82,0	84.557	26,9
Europa de Leste	62.576	2,0	8.488	2,7
América do Norte	119.264	3,8	139.006	44,2
Europa e CEE+EFTA+Turquia	268.876	8,5	60.111	19,1
América do Sul	93.856	3,0	17.550	5,6
África	19.172	0,7	4.608	1,5
Total	3.144.917	100,0	314.320	100,0

Nestes países o preço influencia decisivamente as decisões de aquisição.

Os produtores europeus são confrontados com produtores locais de máquinas a baixo custo que equipam as suas máquinas com componentes europeus, como por exemplo fusos, estiragens, etc.

É assim possível obter fios de qualidade aceitável mesmo com essas máquinas.

A oferta ocidental, com as suas máquinas caras soube, no entanto, manter uma boa posição nos mercados em termos de qualidade dos produtos, fiabilidade das máquinas, assistência aos clientes.

Por outro lado, os maiores produtores não podem renunciar aos mercados dos países com baixos custos de mão de obra, dado que os custos de investigação e desenvolvimento, que entretanto aumentaram sensivelmente, seriam distribuídos por volumes de vendas extremamente baixos.

Temos portanto, de um lado, a procura de máquinas *Low Cost* e do outro, na América e Europa, onde apesar de tudo se deseja continuar a produzir, a procura de máquinas *High Tech*.

Certamente há épocas em que é preferível abrandar certos desenvolvimentos; mas a longo prazo é possível solucionar problemas que hoje parecem insolúveis com novas tecnologias transferidas de outros sectores, mas sempre tendo em atenção os custos finais das máquinas e do produto têxtil.

Uma solução parece consistir no desenvolvimento de maquinaria de base fiável que possa ser utilizada quer pela clientela europeia, quer pela dos países em vias de desenvolvimento, pois no que se refere às máquinas utilizadas nos países com alto custo de mão de obra serão empregues sistemas de automatização:

- as ligações entre máquinas;
- os sistemas de controlo da produção on-line;
- os sistemas de controlo de qualidade on-line;
- as interfaces com a unidade central de gestão empresarial.

Assim sendo, o futuro parece estar no estudo das máquinas *high-tech* de *low cost* e de fácil utilização.

Tal objectivo pode ser conquistado somente se no fim do projecto se introduzirem os conceitos de controlo de custos. Torna-se para tal necessário criar grupos de trabalho que apoiem os projectistas com técnicos das várias áreas. Isto implica de um modo geral um maior trabalho inicial, mas permitirá eliminar uma grande parte das modificações posteriores.

Nos últimos anos, procuraram-se resolver os problemas da concorrência na Europa através da introdução de **instalações altamente automatizadas** visando reduzir ao máximo a incidência de mão-de-obra directa.

Em contrapartida, verificou-se um aumento do nível de mão-de-obra necessária à ges-

tão de instalações cada vez mais sofisticadas, para manter o nível de utilização o mais alto possível (fig. 4).

Neste aspecto, as indústrias europeias estão certamente numa posição mais vantajosa.

Esta estratégia de automatização total revelou-se no entanto insuficiente para a Europa poder enfrentar o problema dos custos. De facto, os custos finais são sempre mais altos do que os dos países em vias de desenvolvimento. Além disso, é preciso avaliar cuidadosamente até que ponto a automatização deverá ser impulsionada.

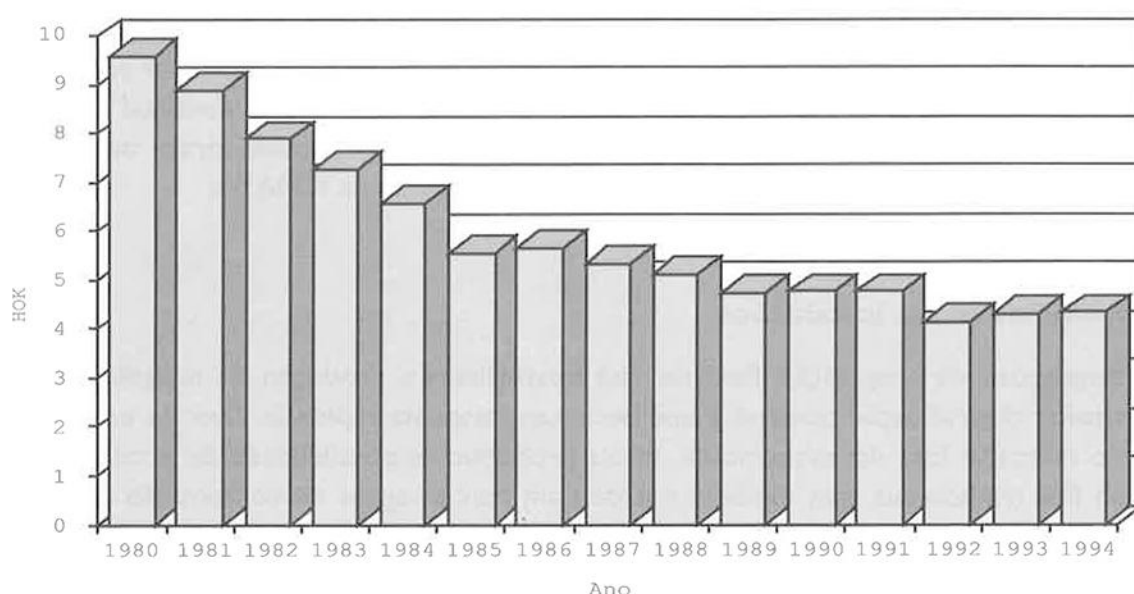
Outros factores deverão ser simultaneamente considerados (fig. 5):

- Matéria prima;
- Flexibilidade das instalações;
- Definição precisa da qualidade do produto e do seu controlo também em termos quantitativos.

Embora a possibilidade de incrementar a produção seja a forma mais directa para reduzir os custos, também tal se pode fazer através da redução do número de máquinas e consequentemente das intervenções, e simultaneamente uma redução do pessoal, dos custos de manutenção, dos transportes e do consumo energético.

Mas, como se pode ver, o aumento de produtividade de expresso em horas por 100kg de produto estabilizou e surgiram alguns factores que tínhamos já mencionado.

Fig. 4 – Evolução da produtividade da fiação do algodão horas/operário por 100 Kg de fio cardado do título Ne 24



Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
HOK	9,59	8,90	7,90	7,28	6,58	5,53	5,64	5,34	5,10	4,74	4,77	4,76	4,15	4,30	4,32

Fig. 5

Matéria-prima	50%
Mão-de-obra	25%
Amortização	14%
Energia eléctrica	8%
Gastos Gerais	1,2%
Manutenção e vários	1,8%

B) Monitorização e controlo da fiação: a moderna gestão global da fiação

Qual a resposta dos produtores de máquinas a esta exigência?

A ITMA'95, como provavelmente já se previa, não suscitou grande entusiasmo por parte dos operadores do sector dado que os maiores grupos mecanotêxteis não apresentaram soluções revolucionárias e decisivamente inovadoras.

Alguns técnicos especialistas julgaram oportuno rebaptizar a exposição de Milão com o nome «Hannover 2ª parte», pois apenas se puderam observar nas máquinas apresentadas algumas melhorias em relação ao apresentado na ITMA'91, na Alemanha.

Existirá uma razão para a aparente falta de evolução na tecnologia e nos possíveis novos sistemas de fiação observada durante a apresentação em Milão?

É evidente que o crescimento do sector em novas áreas geográficas como o Extremo Oriente, abriu aos produtores de máquinas têxteis um mercado com perspectivas e necessidades diferentes do europeu. Como consequência lógica, os construtores numa situação conjuntural desfavorável, e tendo grandes potencialidades de venda de produtos já consolidados, dedicaram menor atenção e recursos humanos aos departamentos de investigação e desenvolvimento.

Perante estas breves indicações, e considerando que de qualquer forma o panorama futuro prevê da parte dos países em vias de desenvolvimento uma contínua redução do gap tecnológico-cognitivo, torna-se importante observar quais foram os pontos mais importantes para os produtores europeus propostos na ITMA'95:

Flexibilidade das instalações

- Instalações de preparação flexíveis que possibilitem a produção de artigos **com a maior** diversificação possível e que permitam resposta rápida às diversas exigências do mercado fora do esquema de «mass production»: possibilidade de produzir não só fios tradicionais, mas também mistos com percentagens de composição diversas, realizadas em mistura íntima (sistema de abridores/carregadores de balanças electrónicas, etc.).
- Instalações com a máxima possibilidade de variação de tipo e de título em misturas realizadas em linhas separadas que possam confluir na linha principal (linha de batedor curto modificável por by-pass).

Produtividade

Embora se tenham feito desenvolvimentos para o aumento da velocidade de produção, estando limitadas as velocidades por imposição da ligação anel/viajante na fiação tradicional (sendo no entanto de verificar o prototipo CERASIV com anel em cerâmica e cursor em aço com acabamento cerâmico, que pode abrir novas oportunidades produtivas e qualitativas) puderam constatar-se melhoramentos das partes estruturais e mecânicas das máquinas no sentido de aumentos produtivos:

- cardas para produções até 80-90 Kg/h;
- penteadeiras com output de 800-900 golpes/min.;
- máquinas de fiar open-end com velocidades potenciais até 130.000 rpm.

Outras aplicações

- Automatização dos transportes entre máquinas e nas máquinas, com consequentes reduções de MOP e HOK.
- Substituição e junção automática das napas apresentadas pela Rieter na penteadeira E 70R.
- Sistemas de carga para alimentação automática dos fardos e para remoção das cintas de ferro, da Trutzschler.
- Movimentação automática dos potes com sistema de transporte automatizado realizado com veículos inteligentes, para autodeterminar o percurso óptimo entre a posição ocupada e a posição objectivo.

Apenas a Murata tem continuado a investigação de novos sistemas de fiação, como o desenvolvimento do «airjet system».

Monotorização da fiação

Gestão do processo on-line:

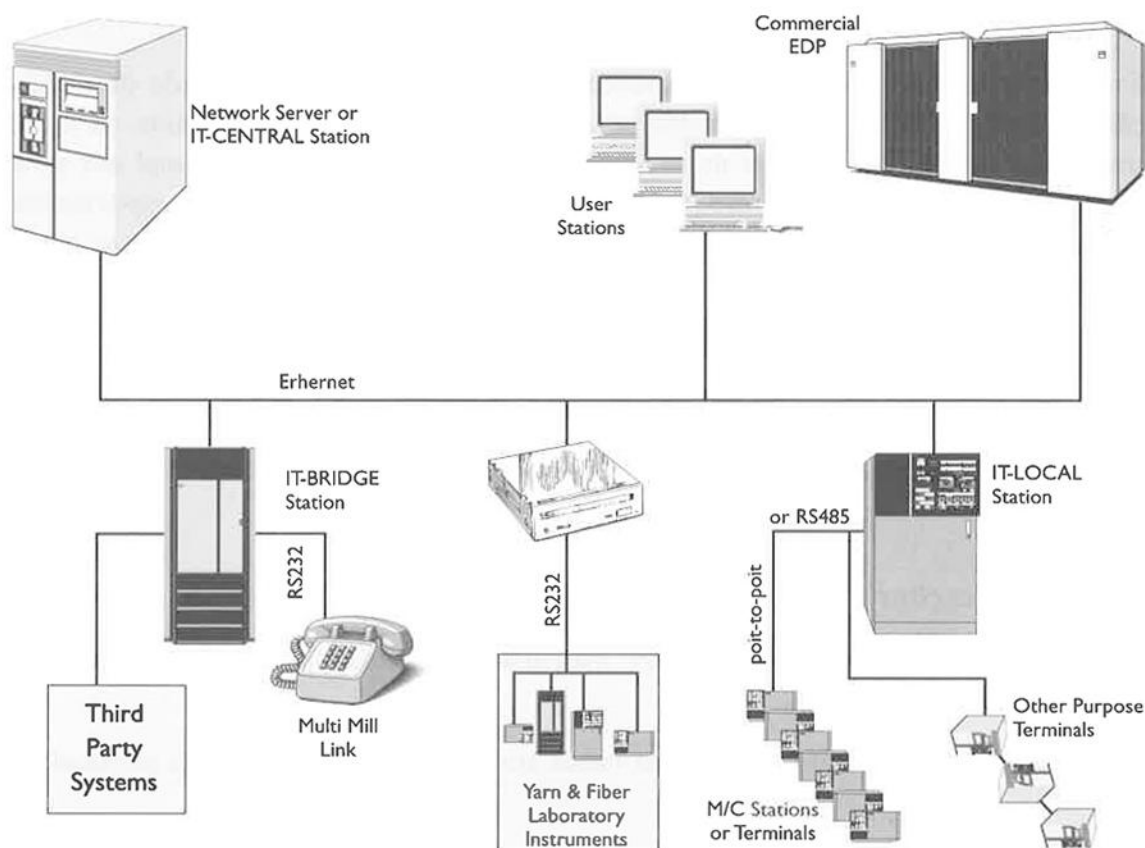
(Plant Manager – IT)

Verifica-se a presença sempre crescente de máquinas com instalação de sensores e microprocessadores para **gestão on-line do processo e visualização dos dados**.

Um elemento claro está subjacente em todas as propostas: a necessidade de pensar em termos de Qualidade e Produtividade através do desenvolvimento de sistemas de monitorização e controlo.

Este sistema é capaz de gerir e controlar a evolução empresarial do ponto de vista produtivo e qualitativo, e permite a verificação tempestiva dos tempos e custos de fabrico de um produto em laboração.

Todos os dados importantes são recolhidos automaticamente das várias máquinas e



graças a uma interface gráfica com ícones de diversas formas e cores é possível obter uma visualização imediata da situação qualitativa, quantitativa e financeira da máquina.

Os dados produtivos podem ser analisados por turnos, dias, semanas ou de data a data, e podem-se referir a máquinas ou grupos de máquinas, a um único produto ou grupo de produtos.

Controlo do ambiente: Sistemas de gestão de instalações de condicionamento

Na realidade produtiva moderna, as condições ambientais deverão ser escrupulosamente controladas, especialmente no que se refere aos parâmetros termohigrométricos, que devem ser optimizados em função das características morfológicas das fibras a trabalhar.

As funções inovadoras do sistema são as seguintes:

- Leitura de todas as condições de humidade e temperatura nos vários pontos das instalações.
- Execução das regulações necessárias à manutenção das condições de temperatura, humidade e pressão.
- Levantamento das condições de mau funcionamento das instalações.

- Unidade de telegestão capaz de visualizar à distância os parâmetros operativos, e de eventualmente proceder à correcção dos mesmos.

Qualidade on-line:

(NepControl Trutzschler)

Aplicação de importância fundamental – para os processos de transformação, com o fim específico de utilização do produto acabado (por exemplo, fios para camisaria) em que determinados aspectos qualitativos são considerados características essenciais do produto.

Este sistema permite recolher em tempo real o conteúdo do *trash* pulga e *neps* no véu da carda. Na zona do doffer um dispositivo óptico sonda o produto de saída, fornecendo imagens precisas do véu.

Estas imagens são transmitidas ao computador e após elaboração é possível obter informações sobre a qualidade e tipologia do *trash*, pulga e *neps* presentes **nos materiais em cardação**.

Sistema de detecção da presença de fibras estranhas

(Uster Optiscan-Hergeth)

Desde sempre é um problema de importância relevante na fição algodoeira; a possibilidade de contaminação por fibras estranhas pode de facto causar problemas qualitativos de danos incalculáveis.

No passado, os fiandeiros tentaram resolver o problema através de pressões sobre os cultivadores, descaroçadores e comerciantes de matéria-prima, não tendo contudo obtido grande sucesso (as contaminações são essencialmente causadas por fragmentos de tecido estranho, pelo material utilizado para a embalagem, etc..)

Quase todos os construtores mecano-têxteis se confrontaram com o problema e entre eles destacamos o Sistema USTER OPTISCAN.

As informações apresentadas são somente uma indicação sobre o que apareceu na ITMA'95 (1400 expositores) e obviamente só através do intercambio de experiências e pontos de vista diferentes é possível ter uma melhor panorâmica das soluções apresentadas nesta feira.

CONCLUSÕES

Voltando à questão central:

A fição constitui ainda uma oportunidade para a Europa?

A resposta é afirmativa, mas em certas condições:

- A Europa pode manter a sua posição apenas graças a um predomínio no know-how.

- Um know-how forte não pode ser copiado fácil e rapidamente; é esta a estratégia da sobrevivência.
- A atenção limitada somente ao problema dos custos e do processo leva a que a Europa perca a sua justificação como sede da indústria têxtil.

Relativamente ao Extremo-Oriente, a Europa deve diferenciar-se sobretudo no que diz respeito à oferta. É necessário criar:

- novos produtos;
- novos serviços;
- novas aplicações;
- resposta rápida em estreita ligação com as várias fases.

Tendo em conta a complexidade dos problemas a enfrentar, a necessidade de **formação** do pessoal com vista a prepará-lo para a utilização das novas técnicas de marketing, de produção e controlo, *torna-se cada vez mais urgente e indispensável.*



MUSEU MUNICIPAL ABADE PEDROSA . SANTO TIRSO